"E D I T A L"

Pregão Presencial n.º 75/2017

P R E Â M B U L O

Processo n.º	7746/2017
Fundamento Legal:	Lei 8666/93, e suas alterações, Lei nº 12.846/13, Lei 10.520/02, Decreto Municipal n.º 270/02, Decreto Municipal 47/13.
Finalidade:	Aquisição de material de combate a incêndio florestal
Critério de Julgamento:	**Menor Preço por Item**
Execução:	**Indireta**
Data:	
Horário:	
Local de Realização:	**Rua Álvares de Castro, n.º 346, Centro – Maricá/RJ.**

1.1. A Secretaria de Proteção e Defesa Civil, Órgão integrante da Prefeitura Municipal de Maricá, por intermédio do Pregoeiro e Equipe de Apoio, autorizados através da Portaria N.º 2978/2017, torna público que fará realizar a licitação na **modalidade Pregão Presencial, sob o Regime de Execução Indireta**, **tipo Menor Preço Por Item, conforme informações constantes nos autos do processo administrativo supracitado.**

1.2. A Sessão de recebimento e abertura dos envelopes contendo as Propostas de Preço e a Documentação será na data supracitada, na **Rua Álvares de Castro, n.º 346, Centro – Maricá/RJ.**

1.3. A presente licitação e o contrato que dela resultar serão regidos pelas disposições contidas nas Leis Federais n.º 10.520/02 e n.º 8.666/93, Decreto Municipal n.º 270/2002 e 47/2013, e suas alterações em vigor, pela Lei Complementar n.º 101/2000, Lei Complementar 123/06, Lei Complementar 147/2014 e demais normas aplicáveis à espécie, que ficam fazendo parte integrante do presente instrumento editalício, como se nele estivessem transcritas e às quais as partes, desde já, sujeitam-se incondicionalmente.

2. DAS DEFINIÇÕES

2.1. Para efeitos deste Certame define-se como:

2.1.1 Beneficiário de Preferência - titular de direito de preferência, na disputa da proposta, e direito de saneamento, na fase de habilitação, nas modalidades de concorrência e pregão, assim considerados:

a) a microempresa ou empresa de pequeno porte, conforme previsto na legislação específica, em especial a Lei Complementar Federal nº 123, de 14 de dezembro de 2006, com as alterações da Lei Complementar nº 147/2014.

b) a cooperativa a esses equiparados, na forma do art. 34 da Lei Federal nº 11.488, de 15 de junho de 2007;

c) o microempreendedor individual - MEI, previsto na Lei Complementar Federal nº 128, de 19 de dezembro de 2012.

2.1.2. Contratado- pessoa física, jurídica ou consórcio de pessoas jurídicas, signatária de contrato com a Administração Pública.

2.1.3. Entrega imediata - aquela com prazo de entrega até 30 (trinta) dias da data da assinatura do contrato ou instrumento equivalente, ou do pedido ou ordem de fornecimento;

2.1.4. Licitantes: pessoas físicas e jurídicas que participam ou manifestam a intenção de participar do processo licitatório. Equipara-se a licitante, para os fins desta Licitação, o fornecedor ou prestador de serviço que, atendendo solicitação da Administração, oferece proposta.

2.1.5. Preços manifestamente inexeqüíveis: aqueles que os licitantes, após determinação da Administração, não comprovarem a sua viabilidade de execução.

03. DO OBJETO (Art. 40, I, Lei n.º 8.666/93)

3.1 - O presente Pregão destina-se à aquisição de material de combate a incêndio florestal conforme especificações e quantidades constantes do Termo de Referência.

04. DA AQUISIÇÃO

04.1 – Quando o convocado não assinar o termo de contrato, não aceitar ou não retirar o instrumento equivalente no prazo e condições estabelecidos, será facultado a PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado, inclusive quanto aos preços atualizados de conformidade com o ato convocatório, ou revogar a licitação independente da comunicação prevista no art. 81 da Lei nº 8.666/93.

04.2 – O Contratado deverá atender aos quantitativos e especificações de que trata a proposta apresentada pela PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ, assim como obedecer rigorosamente ao prazo de execução dos serviços.

04.3 – Na Nota Fiscal deverá constar à especificação e os valores unitários dos itens entregues.

04.4 – O adjudicatário é responsável pelos encargos de qualquer natureza oriundos da prestação de serviços, especificamente os de natureza previdenciária, tributária, trabalhista e comercial.

04.5. A empresa vencedora será convocada pela SECRETARIA Requisitante da Prefeitura Municipal de Marica para, **no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis após a homologação**, comparecer no local que for indicado, para assinar o "Termo de Contrato" e dar início à execução do objeto.

04.6. O prazo para a assinatura do "Termo de Contrato" poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado por escrito pela parte durante o seu transcurso e desde que ocorra motivo justificado e aceito pela Prefeitura Municipal de Maricá.

04.7. A não assinatura do "Termo de Contrato" pelo vencedor, dentro do prazo fixado, sem justificativa aceita pela Prefeitura Municipal de Maricá, o impedirá de participar de novas licitações pelo prazo de 24 (vinte e quatro) meses, sem prejuízo das demais sanções previstas no **art. 81, da Lei Federal n.º 8.666/93**, assegurado o direito do contraditório da ampla defesa.

04.8. Deixando o licitante vencedor de assinar o "Termo de Contrato" no prazo estabelecido, é facultado a Prefeitura Municipal de Maricá convocar os licitantes remanescentes, respeitada a ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

04.9 – A CONTRATADA deve observar todas as disposições constantes do Termo de Referência.

04.10. Os itens ora licitados deverão ser entregues no prazo de 10 (dez) dias úteis.

04.11 - Face ao disposto no art. 65, § 1º, da Lei nº. 8.666/93, em sua atual redação, as quantidades de que trata o item anterior poderão sofrer acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento).

04.12. Executado o contrato, o seu objeto será recebido:

a) provisoriamente, que se dará imediatamente, após o fornecimento, para efeito de posterior verificação da conformidade do material com a especificação;

b) definitivamente, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação, decorrido o prazo de 10 (dez) dias da emissão do Aceite Provisório.

04.12.1. O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade civil pela perfeita execução do contrato, dentro dos limites estabelecidos pela lei ou pelo contrato.
04.12.2. Se dentro do prazo de 30 (trinta) dias não houver manifestação da Secretaria Requisitante acerca do recebimento definitivo, considerar-se á recebido o objeto definitivamente.
04.13 – O item entregue que apresentar defeito, vício, se revelar inadequado ou em desacordo com as especificações deverá ser substituído no prazo de até 05 (cinco), dias, contados da comunicação à contratada.
04.14 – O prazo de entrega é de até 10 (dez) dias úteis à partir da emissão da nota de empenho ou assinatura do contrato.
04.15 - O objeto ora licitado deverá ser entregue na Rodovia Amaral Peixoto, Km 29, Itapeba, Maricá/RJ

05 – DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO

05.1. – Poderão participar deste Pregão as empresas:
a) que estejam legalmente estabelecidas e especializadas na atividade pertinente com o objeto deste pregão, devendo ser comprovado pelo contrato social;

b) que atenderem às exigências constantes deste Edital e seus Anexos e que não tenham vedação explícita em lei;

c) Que estejam enquadradas como Micro Empresa - ME ou Empresa de Pequeno Porte- EPP, conforme disposições do art. 48, I, da LCP 123/06.

05.2. Na hipótese de não comparecimento de pelo menos 3 (três) empresas enquadradas como ME ou EPP, conforme disposto no Art. 49, II, da LCP 123/06, a totalidade do objeto licitado passará à ampla concorrência, participando tanto ME e/ou EPP como empresas assim não enquadradas.

05.3 – Não será admitida na licitação a participação de:

a) licitantes suspensos temporariamente pelo governo municipal, nos termos do inciso III, do art. 87, da Lei nº 8.666/93;

b) licitantes já incursos na pena do inciso IV, do art. 87, da Lei nº 8.666/93, seja qual for o Órgão ou entidade que tenha aplicado a reprimenda, em qualquer esfera da Administração Pública;

c) mais de uma empresa sob controle acionário de um mesmo grupo jurídico;

d) licitantes cujos dirigentes, sócios ou componentes de seu quadro técnico seja servidor do MUNICÍPIO, de suas sociedades Para-Estatais, Fundações ou Autarquias, ou que tenha sido nos últimos 180 (cento e oitenta) dias anteriores à data desta.

05.3.1 - Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução de obra ou serviço e do fornecimento de bens a eles necessários:

a) o autor do projeto, básico ou executivo, pessoa física ou jurídica;

b) empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou executivo ou da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto ou controlador, responsável técnico ou subcontratado;

c) servidor ou dirigente de órgão ou entidade contratante ou responsável pela licitação.

05.3.2. - É permitida a participação do autor do projeto ou da empresa a que se refere o item "b", na licitação de obra ou serviço, ou na execução, como consultor ou técnico, nas funções de fiscalização, supervisão ou gerenciamento, exclusivamente a serviço da Administração interessada.

05.3.3 - O disposto no item 05.3.1 não impede a licitação ou contratação de obra ou serviço que inclua a elaboração de projeto executivo como encargo do contratado ou pelo preço previamente fixado pela Administração.

05.3.4 - Considera-se participação indireta, para fins do disposto no item 05.3.1, a existência de qualquer vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira ou trabalhista entre o autor do projeto, pessoa física ou jurídica, e o licitante ou responsável pelos serviços, fornecimentos e obras, incluindo-se os fornecimentos de bens e serviços a estes necessários.

05.3.5 - O disposto no item acima aplica-se aos membros da comissão de licitação.

05.3.6. Não será permitida a representação legal simultânea de mais de uma Licitante.

05.3.7. Não será permitida a participação de mais de uma Licitante sob o controle acionário de um mesmo grupo de pessoas físicas ou jurídicas.

05.3.8. Não será permitida a participação de Licitantes cujos dirigentes, gerentes, sócios ou componentes do seu quadro técnico sejam servidores da Prefeitura da Cidade de Maricá ou de suas sociedades paraestatais, fundações ou autarquias.

05.3.9. Não será permitida a participação de licitantes que tenham tomado parte na elaboração do projeto básico. Também é vedada a participação de empresas que possuam, em seu quadro técnico, profissional que tenha participado na elaboração do projeto básico, como autor ou colaborador.

05.3.10. Somente serão consideradas habilitadas a participar da presente licitação as empresas que entregarem os envelopes até o dia, hora e local determinado neste Edital e que atenderem integralmente as exigências documentais e específicas deste.

05.3.11. Não serão consideradas as propostas que não estiverem datadas e assinadas pelo representante legal da empresa e que não cumprirem as exigências do Edital quanto à colocação de carimbo contendo a razão social, C.N.P.J. e endereço, no caso de não apresentarem envelope padronizado.

05.3.12. As licitantes poderão ser representadas durante o processo licitatório através de seus representantes legais ou prepostos credenciados. Para tal credenciamento, o preposto deverá apresentar ao Presidente da Comissão Julgadora a carta de credenciamento, conforme modelo anexo, e a cópia autenticada do seu documento de identidade. A cópia poderá ser autenticada por membro da CPL à vista do original.

05.4 – A participação de cooperativa estará condicionada à comprovação, através de seu objeto social, de que não está inclusa na regra estabelecida pela Súmula 281 do TCU, e em respeito à Lei nº 12.690/2012.

06 – DO CREDENCIAMENTO

06.1.1 – A licitante deverá se apresentar para credenciamento junto ao Pregoeiro por um representante que, devidamente munido de documento que o credencie a participar deste procedimento licitatório, venha a responder por sua representada, devendo, ainda, no ato de entrega dos envelopes, identificar-se exibindo a Carteira de Identidade ou outro documento equivalente.

06.1.2 – O credenciamento far-se-á por meio de instrumento público de procuração ou instrumento particular, **este com firma reconhecida**, com poderes para formular lances de preços e praticar todos

os demais atos pertinentes ao certame em nome da representada. Em sendo sócio, proprietário, dirigente ou assemelhado da empresa, deverá o mesmo apresentar cópia do respectivo Estatuto ou Contrato Social, no qual estejam expressos seus poderes para exercerem direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura;

06.1.3 - Os beneficiários de preferência deverão apresentar no momento do Credenciamento, separadamente dos Envelopes de Proposta e Habilitação, o original ou cópia autenticada da Certidão Específica do Enquadramento ou documento equivalente emitidos nos termos da Legislação.

06.1.4 – No caso de apresentação de carta credenciando ou procuração para este fim, estas deverão ser acompanhadas dos Atos Constitutivos da empresa, para verificação quanto à competência do emissor dos referidos documentos, devendo os documentos comprobatórios serem apresentados por fora dos envelopes. A falta de credenciamento não inabilitará a licitante, apenas a impedirá de se manifestar no curso do processo licitatório.

06.1.5 – Caso o licitante queira deixar a cópia autenticada dos Atos constitutivos apresentada, para fins de credenciamento, na posse da Equipe de Apoio não será necessária à apresentação dos mesmos dentro do envelope de documentação.

06.1.6 – A licitante deverá também entregar juntamente com os envelopes de proposta de preços e habilitação, por fora do envelope, à declaração (Anexo II - A) de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação, nos termos do artigo 4º, inciso VII da Lei nº 10.520, de 17/07/2002.

06.1.7 – É vedado a um mesmo procurador, representante legal ou credenciado representar mais de um licitante, sob pena de afastamento do procedimento licitatório dos licitantes envolvidos.

06.1.8 – Serão aceitas propostas encaminhadas por meros portadores que não estejam munidos dos documentos mencionados nesse item. A ausência desta documentação implicará, de imediato, na impossibilidade da formulação de lances após a classificação preliminar, bem como da perda do direito de interpor eventual recurso das decisões do Pregoeiro, ficando o licitante impedido de se manifestar durante os trabalhos.

06.1.9 – A procuração que não contenha prazo de validade especificado no próprio corpo será válida por 1 (um) ano, a contar da data de sua expedição.

07 – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

07.1 A despesa com a presente aquisição correrá à conta do Programa de Trabalho n.º 85; 01; 04.122.0001; 2.001, Natureza da Despesa 3.3.90.30; 4.4.90.52, Fonte 0100; 0206; 0236.

07.2. O preço estimado para a presente licitação é de R$ 230.692,36 (Duzentos e trinta mil e seiscentos e noventa e dois reais e trinta e seis centavos).

08 – DAS PROPOSTAS E APRESENTAÇÃO (Art. 40, VI, Lei n.º 8.666/93)

08.1 – Somente será aceita a Proposta que estiver preenchida em impresso original próprio ou modelo idêntico àquele fornecido pela CPL, desde que este contenha as informações solicitadas e atenda as seguintes condições:

08.1.1 – A proposta deverá ser apresentada em envelope fechado, contendo, externamente, elementos que permitam a identificação do proponente e da licitação a que está concorrendo, vedado o recebimento do envelope fora do evento.

08.1.2 – A proposta deverá ser apresentada devidamente assinada, não podendo conter emendas, rasuras ou entrelinhas de qualquer natureza, e devidamente preenchida com os preços unitários e subtotal em algarismos.

08.1.3 - O preço unitário deverá também ser escrito por extenso, em folha anexa a proposta, visando elucidar possíveis dúvidas. O descumprimento desse subitem somente será causa de desclassificação se houver dúvida quanto ao valor expresso em algarismo.

08.2 – Em caso de divergência entre os preços apresentados em algarismos e por extenso será considerado o valor por extenso, desde que esteja compatível com a proposta – detalhe.

08.2.1 – Quando for verificado erro de soma, subtração, multiplicação ou divisão, o resultado corrigido será o considerado.

08.3 – Os licitantes deverão preencher o nome da empresa, o endereço, o número da Inscrição Estadual e/ou Municipal (conforme o caso), na primeira folha da Proposta, no local destinado para tal, datando, assinando todas as vias, bem como inserindo o carimbo do CNPJ, de modo legível, também em todas as vias, sob pena de desclassificação.

08.4 – Os licitantes poderão apresentar carta em papel timbrado, anexada à proposta, com o objetivo de esclarecer fatos ligados à cotação apresentada, ficando a critério do Pregoeiro considerar ou não, como subsídio, para instrução processual.

08.5 – A proposta deverá ser preenchida com todos os elementos solicitados, sob pena de desclassificação, ressalvada a hipótese do subitem 08.1.3.

08.6 – O prazo de validade das propostas será de 60 (sessenta) dias.

09 – DO RECEBIMENTO E DA ABERTURA DOS ENVELOPES

09.1 – A Sessão para recebimento e para abertura dos envelopes contendo a Proposta de Preços e a Habilitação será pública, dirigida por um Pregoeiro e realizada de acordo com a Lei nº 10.520, de 17/07/2002, com o Decreto Municipal Competente, e, ainda, em conformidade com este Edital e seus Anexos, no local e horário já determinados.

09.2 – No local, data e hora previstos neste Edital, os licitantes apresentarão suas propostas/documentos em envelopes opacos, indevassáveis e lacrados, designados respectivamente "A" e "B", constando obrigatoriamente na parte externa de cada um deles as seguintes indicações:

I – ENVELOPE "A" – PROPOSTA DE PREÇOS
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 75/2017
NOME COMPLETO E ENDEREÇO DO LICITANTE

II – ENVELOPE "B" – DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 75/2017
NOME COMPLETO E ENDEREÇO DO LICITANTE

09.3 – Declarada a abertura da sessão pelo Pregoeiro e recebidos os envelopes, não mais serão admitidos novos licitantes.

09.4 - Os envelopes poderão ser entregues diretamente por representante da licitante na abertura da Sessão pública, por correio ou por qualquer outro serviço de entrega, não se responsabilizando a CPL pelo não recebimento ou pelo atraso no recebimento dos envelopes enviados por correio outro serviço de entrega.

10 – DAS CONDIÇÕES PARA HABILITAÇÃO (Art. 40, VI, Lei n.º 8.666/93)

10.1 – Será exigida dos interessados a seguinte documentação (em envelope lacrado contendo, externamente, elementos que permitam a identificação do proponente e da licitação a que está concorrendo):

I – documentação relativa à habilitação jurídica;

II – documentação relativa à qualificação econômico-financeira;

III – documentação relativa à qualificação técnica;

IV – documentação relativa à regularidade fiscal;

V - Declaração relativa ao cumprimento do disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal (art. 27, V, da Lei n.º 8.666/93);

VI - Declaração, sob as penalidades cabíveis, da superveniência de fato impeditivo de sua habilitação, de acordo com o parágrafo 2º do artigo 32 da Lei 8.666/93 (modelo em anexo), para os licitantes que se utilizarem de Certificado de Registro Cadastral;

VII - Declaração, sob as penalidades cabíveis, de atendimento aos requisitos de Habilitação, conforme inciso VII, do art. 4º, da Lei n.º 10.520/02 (modelo em anexo), de forma avulsa, **com firma reconhecida.**

VIII – Declaração referente ao art. 9º, da Lei n.º 8.666/93.

OBS: A declaração do item VII deverá ser entregue ao Pregoeiro, juntamente com o credenciamento/procuração e o Ato Constitutivo da empresa (subitens A1, A2, A3 ou A4, conforme o caso), de forma avulsa, fora de qualquer dos envelopes.

A – HABILITAÇÃO JURÍDICA

Conforme o caso, consistirá em:

A.1 - cédula de identidade;

A.2 - registro comercial, no caso de empresa individual;

A3. - ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;

A.4 - inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício;

A.5 - decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

Nota: Os licitantes ficam eximidos da apresentação do documento constitutivo (contrato social, estatuto etc.) exigido neste item, se os mesmos foram apresentados no ato de credenciamento, salientado que, para tanto deverão ter sido apresentados em original ou cópia autenticada por cartório, de acordo com o preceito do *caput* do Artigo 32 da Lei Federal n 8.666 / 1993 e posteriores alterações.

Nota 2: Conforme Resolução CGSIM nº 16/2009, para o MEI – Empresário Individual, onde há a exigência de apresentação do contrato social, este será substituído pelo Certificado da Condição de Microempreendedor Individual – CCMEI

B – QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

b) Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, mediante a obtenção dos índices econômicos previstos na alínea "b.2" deste subitem.

b.1) Serão considerados aceitos como na forma da Lei o Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis assim apresentados:

b.1.1) Sociedades regidas pela Lei nº 11.638/07 (Sociedade Anônima): publicados em Diário Oficial ou publicados em jornal de grande circulação; ou por fotocópia registrada ou autenticada na Junta Comercial da sede ou domicílio do licitante.

b.1.2) Sociedades por Cota de Responsabilidade Limitada (LTDA): por fotocópia do Livro Diário, inclusive com os Termos de Abertura e de Encerramento, devidamente autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio do licitante ou em outro órgão equivalente ou por fotocópia do Balanço e das Demonstrações Contábeis devidamente registrados ou autenticados na Junta Comercial da sede ou domicílio do licitante.

b.1.3) Sociedades sujeitas ao regime estabelecido na Lei Complementar nº123, de 14 de dezembro de 2006 – Lei das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte "SIMPLES": por fotocópia do Livro Diário, inclusive com os Termos de Abertura e de Encerramento, devidamente autenticado na Junta Comercial da sede ou domicilio do licitante ou em órgão equivalente ou por fotocópia do

balanço e das demonstrações Contábeis devidamente registrados ou autenticados na Junta Comercial da sede ou domicilio do licitante.

b.1.4) Sociedade criada no exercício em curso: fotocópia do Balanço de Abertura, devidamente registrado ou autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio do licitante.

b.1.5) O Balanço Patrimonial e as Demonstrações Contábeis deverão estar assinados por Contador ou Técnico devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade (CRC), na forma prevista no art. 25 da Lei nº 9.295/46, com as alterações introduzidas pela Lei nº 12.249/10, e na forma da Resolução nº 560/83 do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), sendo certo que os Técnicos acima referidos deverão promover o competente registro até a data de 15/06/15, na forma da lei vigente.

b.1.6) As sociedades empresárias enquadradas nas regras da Instrução Normativa RFB nº787, de 19 de novembro de 2007, que institui a Escrituração Contábil Digital-ECD, para fins fiscais e previdenciários poderão apresentar o Balanço Patrimonial e os Termos de Abertura e Encerramento do Livro Diário, em versão digital, obedecidas as normas do parágrafo único do art.2º da citada Instrução quanto a assinatura digital nos referidos documentos, quanto a Certificação de Segurança emitida por entidade Credenciada pela infra-estrutura de Chaves Públicas - Brasileiras-ICP-Brasil) nos termos da IN-RFB nº926, de 11 de março de 2009.

b.2) o valor mínimo igual a 1 (um), resultantes da aplicação das seguintes fórmulas:

$$LG = \frac{\text{ATIVO CIRCULANTE + REALIZÁVEL A LONGO PRAZO}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE + EXIGÍVEL A LONGO PRAZO}} = \geq 1{,}0$$

b.2.1) A fórmula deverá estar devidamente aplicada em memorial de cálculos juntado ao Balanço apresentado pelo licitante. Caso o memorial não seja apresentado, o Pregoeiro reserva-se o direito de efetuar os cálculos.

b.2.2) A empresa licitante que apresentar resultado Menor que um no Índice de Liquidez Geral (ILG) poderá comprovar a capacidade econômico-financeira de empresa através da demonstração de Capital Social ou Patrimônio Líquido mínimo correspondente a 10% (dez por cento) do valor máximo total mensal estimado para a licitação.

b.3) Certidão negativa de falência ou recuperação judicial, expedida pelo Distribuidor da sede da licitante, com validade de 90 (noventa) dias. No caso de a sede se encontrar na Comarca do Rio de

Janeiro - RJ deverão as certidões ser expedidas pelos 1º, 2º, 3º e 4º Ofícios. Se a licitante não for sediada na Comarca da Capital do Estado do Rio de Janeiro, as certidões deverão vir acompanhadas de declaração oficial da autoridade judiciária competente, relacionando os distribuidores que, na Comarca de sua sede, tenham atribuição para expedir certidões negativas de falências e concordatas ou recuperação judicial.

C – QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

C.1 – Declaração de que recebeu todos e documentos necessários para participar da licitação e de que tomou conhecimento de todas as informações e condições locais para o cumprimento das obrigações objeto desta licitação.

D – REGULARIDADE FISCAL

D.1 – Cartão de Inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ), conforme o caso.

D.2 – Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, conforme o caso, ou ambos, dependendo do seu ramo de atividade.

D.3 – Prova de regularidade com a Fazenda Federal feita por meio da apresentação de Certidão Conjunta Negativa de Débitos ou Certidão Conjunta Positiva com Efeitos de Negativa de Débitos, emitida pela Secretaria da Receita Federal e Procuradoria-Geral da Fazenda, na forma do que dispõe a regulamentação federal sobre a matéria. Portaria Conjunta PGFN/SRF n.º 03/2005, que abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas "a" a "d" do parágrafo único do artigo 11 da Lei 8.212, de 24 de julho de 1991.

D.4 – Prova de regularidade com a Fazenda Estadual feita por meio de apresentação de Certidão Negativa de Débito com a Fazenda Estadual, Certidão Positiva com Efeitos de Negativa ou Certidão para não Contribuinte do ICMS (quando emitida pela Secretaria de Fazenda do Estado do Rio de Janeiro deverá ser acompanhada, obrigatoriamente, da Certidão Negativa de Débito com a Dívida Ativa Estadual emitida pela Procuradoria Geral do Estado, conforme Resolução do Órgão, mesmo quando for apresentada CERTIDÃO PARA NÃO CONTRIBUINTE DO ICMS, conforme determina a Resolução Conjunta PGE/SER n.º 33, de 24 de novembro de 2004).

D.5 – Em relação à regularidade fiscal municipal: para todos os licitantes sediados no Município de Maricá: a) certidão negativa de débitos municipais para com o Município de Maricá; ou b) Certidão Positiva com Efeitos de Negativa de débitos municipais para com o Município de Maricá. Para os licitantes que não possuam qualquer inscrição, ainda que eventual, neste Município: a) certidão negativa de débitos municipais, expedida pelo Município de sua Sede; ou b) Certidão Positiva com Efeitos de Negativa de débitos municipais. Para todos os licitantes que possuam inscrição, ainda que eventual, no cadastro mobiliário do Município de Maricá: a) certidão negativa de débitos municipais para com o Município de Maricá, ou Certidão Positiva com Efeitos de Negativa de débitos municipais para com o Município de Maricá; b) certidão negativa de débitos municipais, expedida pelo Município de sua Sede, ou Certidão Positiva com Efeitos de Negativa de débitos municipais de sua Sede.

D.6 – Certidão de Regularidade com o Fundo de Garantia e Tempo de Serviço (FGTS).

D.7 – Prova de Regularidade Trabalhista através da apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas ou de Certidão Positiva de débitos trabalhistas, conforme o disposto no art. 642-A, § 2º da CLT.

10.2 – Os documentos necessários à habilitação poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por cartório ou serem autenticados a vista do original por servidor público dos quadros da PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ.

10.2.1 – Os documentos que serão autenticados por membros da Comissão Permanente de Licitação deverão ser apresentados em até 02 (dois) dias úteis anteriores à data prevista para a abertura dos envelopes, evitando assim, situações que atrasem o procedimento do Certame.

10.2.2 – Os referidos documentos poderão, ainda, ser autenticados por qualquer servidor da PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ, na forma da lei, caso em que não será necessário a antecedência citada no subitem 10.2.1.

10.2.3 - Se os certificados e certidões não tiverem prazo de validade declarado no próprio documento e nem registrados em legislação específica, ser-lhes-á atribuída validade de 90 (noventa) dias, contados de sua expedição.

10.3 - A apresentação do Certificado de Cadastro **NÃO** isentará o licitante de apresentar dentro do envelope de documentação os documentos listados na Habilitação Jurídica e na Regularidade Fiscal, ainda que as referidas certidões estejam na validade na data de entrega dos envelopes.

11 – DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS (Art. 40, VII e X, Lei N.º 8.666/93)

11.1 – No local, dia e hora previstos neste edital, em Sessão pública deverão comparecer os licitantes, com os envelopes contendo a Documentação para Habilitação (B) e a Proposta de Preços (A), assim como, com declaração de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação de forma avulsa.

11.2 – Após o credenciamento dos licitantes, o Pregoeiro procederá à abertura dos envelopes contendo as Propostas de Preços, verificando, preliminarmente, a conformidade das propostas com os requisitos estabelecidos no instrumento convocatório, com a conseqüente divulgação dos preços cotados pelos licitantes.

11.3 – Serão qualificados pelo Pregoeiro, para ingresso na fase de lances verbais, o autor da proposta de Menor Preço e aqueles que tenham apresentado propostas em valores sucessivos e superiores em até 10% (dez por cento), relativamente a de menor preço.

11.4 – Quando não forem verificadas, no mínimo, 3 (três) propostas escritas nas condições definidas no subitem 11.3 o Pregoeiro classificará as melhores propostas subseqüentes, até o máximo de 3 (três), para que seus autores participem dos lances verbais, quaisquer que sejam os preços oferecidos nas propostas escritas.

11.5 – No caso de duas ou mais propostas apresentarem valores iguais, será realizado sorteio para determinação da ordem de oferta de lances.

11.6 – Não poderá haver desistência dos lances ofertados, sob pena de exclusão do certame.

11.7 – A desistência de apresentar lance verbal, quando convocado pelo Pregoeiro, implicará a exclusão do licitante da etapa de lances verbais e na manutenção do último preço apresentado pelo licitante para efeito de ordenação das propostas.

11.8 – Só serão aceitos lances cujos valores sejam inferiores ao último apresentado.

11.9 – O Pregoeiro poderá, motivadamente, estabelecer limite de tempo e de valor dos lances, mediante prévia comunicação aos licitantes e expressa menção na ata da sessão.

11.10 – O Pregoeiro examinará a aceitabilidade da primeira classificada, quanto ao objeto e valor, e decidirá motivadamente a respeito.

11.11 – A licitante classificada por apresentar o Menor Preço no certame, só será declarada vencedora, depois de verificadas as demais exigências deste Edital.

11.12 – Se a oferta não for aceitável ou se a licitante não atender às exigências editalícias, o Pregoeiro examinará as ofertas subseqüentes, na ordem de classificação, até a apuração da melhor proposta, sendo a respectiva licitante declarada vencedora e a ela adjudicado o valor referente ao objeto deste Edital.

11.13 – O Pregoeiro poderá negociar diretamente com o licitante vencedor para que seja obtido melhor preço aceitável, devendo esta negociação se dar em público e ser formalizada em ata.

11.14 – Da reunião lavrar-se-á Ata circunstanciada, na qual serão registradas as ocorrências relevantes e que, ao final, será assinada pelo Pregoeiro e licitantes presentes.

11.15 – Não se considerará qualquer oferta de vantagem não prevista no objeto deste Edital e seus Anexos.

11.16 – O licitante vencedor ao término do certame deverá apresentar nova proposta formal (por escrito), com os valores obtidos após os lances verbais.

11.16.1 – A proposta final do licitante vencedor, não poderá ser superior ao valor estimado para a presente licitação.

11.17 – Os preços estabelecidos pela empresa para pagamento deverão considerar os custos na data de realização da licitação, englobando todas as despesas relativas ao objeto do contrato, bem como os respectivos custos diretos e indiretos, tributos, remunerações, encargos sociais e financeiros e quaisquer outras necessárias ao objeto desta licitação.

11.18 – Com relação as Micro-Empresas e Empresas de Pequeno Porte serão observadas as regras estabelecidas nos art. 42 a 49, da Lei Complementar 123/2006, com as alterações da Lei Complementar 147/2014.

12. DO DIREITO DE PREFERÊNCIA

12.1 - Selecionada a Proposta de melhor preço ou encerrada a fase de lances, o Pregoeiro verificará a existência de licitante presente e credenciado com direito de preferência. Existindo beneficiário e se o valor da respectiva Proposta de Preços estiver no intervalo de até 5%(cinco por cento) superior ao preço da Proposta classificada em primeiro lugar ser-lhe-á permitido apresentar preço inferior ao da Proposta classificada.

12.2 - A não apresentação de preço pelo licitante beneficiário de preferência implicará na decadência do direito conferido pela Legislação e, havendo outros licitantes beneficiários o Pregoeiro os convocará, na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito.

12.3 - Na hipótese de não haver oferta de preço pelos beneficiários de preferência concorrentes desta licitação, o Pregoeiro dará continuidade ao Pregão com a Proposta de Preços originalmente classificada em primeiro lugar, procedendo à abertura dos documentos de sua habilitação.

12.4 - Os beneficiários do direito de preferência, na fase da Habilitação, deverão apresentar todos os documentos exigidos no Edital para efeito de comprovação da Regularidade Fiscal, mesmo que estes documentos apresentem alguma restrição, consoante dispõe o art.43 da Lei Complementar nº123/2006, com as alterações da Lei Complementar nº 147/2014.

12.5 - Sendo o licitante beneficiário do direito de preferência, na fase do exame dos documentos de habilitação será observado o direito de saneamento quanto à regularidade perante ás Fazendas, INSS, FGTS e Justiça Trabalhista, previsto na lei. Havendo irregularidades nos documentos apresentados, o Pregoeiro concederá o prazo de 5 (cinco) dias úteis, prorrogável por igual período, para a regularização da documentação apresentada de forma irregular pelo licitante beneficiário de preferência.

12.5.1. - O não atendimento da regularidade dos documentos no prazo estabelecido no subitem 12.4. implicará a inabilitação do licitante.

13 – DOS RECURSOS

13.1 – Durante a realização do Certame os recursos se darão da seguinte forma:

13.1.1 – O licitante deverá registrar em ata a síntese das suas razões, sob pena de perda do direito de recorrer, devendo obrigatoriamente apresentá-las por escrito no prazo de 3 (três) dias úteis, forma da Lei do Pregão.

13.1.2 – O recurso contra decisão do Pregoeiro terá efeito suspensivo;

13.1.3 – O acolhimento do recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento;

13.1.4 – Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, na PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ, através do Pregoeiro e equipe de apoio, na cidade de Maricá.

13.1.5 - Interposto o recurso os demais licitantes estarão desde logo intimados para apresenta contra-razões, no prazo de até 3 (três) dias úteis, que começarão a correr do término do prazo do recorrente.

13.2 – Caberão ainda os seguintes recursos:

I - recurso, no prazo de 5 (cinco) dias úteis a contar da intimação do ato:

a) anulação ou revogação da licitação;

b) indeferimento do pedido de inscrição em registro cadastral, sua alteração ou cancelamento;

c) rescisão do contrato, a que se refere o inciso I, do art. 79, da Lei n.º 8.666/93;

d) aplicação das penas de advertência, suspensão temporária ou de multa.

II – representação, no prazo de 5 (cinco) dias úteis da intimação da decisão relacionada com o objeto da licitação ou do contrato, de que não caiba recurso hierárquico.

13.2.1 – A intimação dos atos referidos no inciso I, alíneas "a" e "c", deste item, excluídos os relativos à advertência e multa de mora, e no inciso II, será feita mediante publicação na imprensa oficial.
13.2.2 – Interposto, o recurso será comunicado aos demais licitantes, que poderão impugná-lo no prazo de 5 (cinco) dias úteis.
13.2.3 - O recurso será dirigido à autoridade superior, por intermédio da que praticou o ato recorrido, a qual poderá reconsiderar sua decisão, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, fazê-lo subir, devidamente informado, devendo, neste caso, a decisão ser proferida dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado do recebimento do recurso, sob pena de responsabilidade
13.2.4 - Nenhum prazo de recurso, representação ou pedido de reconsideração se inicia ou corre sem que os autos do processo estejam com vista franqueada ao interessado.
13.3 – Para que sejam asseguradas as garantias constitucionais da ampla defesa e do contraditório, será aceito o encaminhamento de recurso, tempestivamente, para o e-mail maricacpl@gmail.com que será impresso e gerará um processo administrativo. Até o julgamento do referido recurso deve o Recorrente encaminhar original, devidamente assinado pelo Responsável da empresa, para que seja apensado aos autos do Recurso, sob pena de indeferimento do mesmo.

14 – DA CONVOCAÇÃO PARA ASSINATURA DO CONTRATO (Art. 40, II, Lei n.º8.666/93)

14.1. A Administração convocará regularmente o interessado para assinar o termo de contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo e condições estabelecidos, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei 8.666/93.

14.1.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado pela parte durante o seu transcurso e desde que ocorra motivo justificado aceito pela Administração.

14.1.2. É facultado à Administração, quando o convocado não assinar o termo de contrato ou não aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo e condições estabelecidos, convocar os licitantes

remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado, inclusive quanto aos preços atualizados de conformidade com o ato convocatório, ou revogar a licitação independentemente da cominação prevista no art. 81, da Lei 8.666/93.

14.1.3. Decorridos 60 (sessenta) dias da data da entrega das propostas, sem convocação para a contratação, ficam os licitantes liberados dos compromissos assumidos.

15 – DAS PENALIDADES (Art. 40, III, Lei n.º 8.666/93)

15.1 A inexecução do fornecimento, total ou parcial, a execução imperfeita, a mora na execução ou qualquer inadimplemento ou infração contratual, sujeita a CONTRATADA, sem prejuízo da responsabilidade civil ou criminal que couber, assegurado o contraditório e a prévia e ampla defesa, as seguintes penalidades:

a) advertência;
b) multa de 1% (um por cento) sobre o valor da total do CONTRATO, por dia de atraso na conclusão de qualquer dos prazos estabelecidos;
c) multa de até 5% (cinco por cento) sobre o valor do Contrato, aplicada de acordo com a gravidade da infração. Nas reincidências específicas, a multa corresponderá ao dobro do valor da que tiver sido inicialmente imposta, observando-se sempre o limite de 20% (vinte por cento);
d) multa de até 20% (vinte por cento) do valor total do contrato em caso de rescisão contratual por culpa da CONTRATADA;
e) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração Pública Municipal, por prazo não superior a 02 (dois) anos;
f) declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública Municipal enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, prevista na alínea anterior, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada, observado, quando for o caso, o disposto no art. 7.º da Lei Federal n.º10.520/02.
15.2 - A imposição das penalidades é de competência exclusiva do MUNICÍPIO, assegurados a ampla defesa e o contraditório.

15.3 - A sanção prevista nas alíneas b, c e d do item 15.1, poderão ser aplicadas cumulativamente a qualquer outra.

15.4 - A aplicação de sanção não exclui a possibilidade de rescisão administrativa do Contrato, garantido o contraditório e a defesa prévia.

15.5 - A aplicação das sanções previstas neste item deverão ser aplicadas pela Autoridade, observadas as disposições do Decreto Municipal n.º 47/2013.

15.6 - O prazo da suspensão ou da declaração de inidoneidade será fixado de acordo com a natureza e a gravidade da falta cometida, observado o princípio da proporcionalidade.

15.7 - Os valores das multas serão deduzidos da garantia prestada, caso esta tenha se verificado. Caso esta não tenha se verificado ou sendo insuficiente, será promovido desconto correspondente sobre o primeiro documento de cobrança apresentado pela CONTRATADA após a aplicação da sanção, permanecendo o desconto sobre os pagamentos sucessivos até completa quitação.

15.8 – A multa prevista no item 15.1 não tem caráter compensatório, porém moratória, e seu pagamento não eximirá a Contratada da responsabilidade pelas perdas e danos ou prejuízos decorrentes das infrações cometidas.

15.9 – Os valores devem ser recolhidos a favor da PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ, em sua Tesouraria, no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar da notificação escrita, podendo a PMM descontá-los das faturas por ocasião de seu pagamento, se assim julgar conveniente, e até mesmo cobrá-los executivamente em juízo.

15.10 - Caberá recurso no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contra a aplicação das multas, na forma do artigo 109 da Lei 8.666/93.

16 – DA IMPUGNAÇÃO

16.1 – Qualquer cidadão é parte legítima para impugnar edital de licitação por irregularidade na aplicação da Lei n.º 10.520/02 e da Lei n.º 8.666/93, devendo protocolar o pedido até 5 (cinco) dias úteis antes da data fixada para a abertura dos envelopes de proposta de preço/habilitação, devendo a Administração julgar e responder à impugnação em até 3 (três) dias úteis, sem prejuízo da faculdade prevista no § 1º do art. 113, da lei supracitada.

16.2 – Decairá do direito de impugnar os termos deste edital perante a administração o licitante que não o fizer até o segundo dia útil que anteceder a abertura dos envelopes com as propostas. Após esse prazo, a comunicação de falhas ou irregularidades que viciariam este edital, não terá efeito de recurso.

16.3 – A impugnação feita tempestivamente pelo licitante não o impedirá de participar do processo licitatório até o trânsito em julgado da decisão a ela pertinente.

16.4 – A inabilitação do licitante importa preclusão do seu direito de participar das fases subsequentes.

16.5 – As impugnações interpostas deverão ser protocoladas junto a Comissão Permanente de Licitação, que fornecerá ao licitante recorrente o número do processo administrativo, gerado para julgamento da impugnação, para que o recorrente acompanhe o trâmite processual.

17 - DA HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

17.1. Uma vez proferido o julgamento pela Comissão, decorrido *in albis* o prazo recursal, a Comissão Permanente de Licitação encaminhará o processo à Autoridade Superior para adjudicação e homologação.

17.2. Até a data da assinatura do Contrato, poderá ser eliminado da licitação qualquer participante que tenha apresentado documento ou declaração incorreta, bem como aquele cuja situação econômico-financeira tenha se alterado após o inicio do processamento do pleito licitatório, prejudicando o seu julgamento.

17.3 - Nos termos do art. 62 da Lei nº 8.666/93, o presente edital e seus anexos e a proposta do adjudicatário serão partes integrantes da nota de empenho de despesa, a qual substituirá o instrumento de contrato.

18 – DO PAGAMENTO (Art. 40, XIV, Lei n.º 8.666/93)

18.1. Os pagamentos devidos à CONTRATADA serão efetuados através de crédito em conta corrente, em banco e agência, informados pela mesma até a assinatura do "Termo de Contrato".

18.2. O pagamento se efetivará após a regular liquidação da despesa, à vista de fatura apresentada pelo contratado, atestada e visada por, no mínimo, 02 (dois) servidores do órgão requisitante.

18.3. O pagamento se realizará mediante encaminhamento de pedido próprio, observado o disposto no Decreto Municipal n.º 047/2013.

18.3.1. O prazo para pagamento é de até 30 (trinta) dias, contados da efetiva prestação do serviço mensal, data final de adimplemento de cada parcela, nos termos da letra "a', do inciso XIV, do art. 40, da Lei n.º 8.666/93, mediante apresentação pela CONTRATADA, à repartição competente, da nota fiscal, previamente atestada por dois servidores que não o ordenador de despesas, designados para a fiscalização do contrato.

18.3.2. Caso se faça necessária à reapresentação de qualquer fatura por culpa da CONTRATADA, o prazo de 30 (trinta) dias ficará suspenso e reiniciar-se-á a contar da data da respectiva reapresentação.

18.3.3. Ocorrendo atraso no pagamento das obrigações e desde que este atraso decorra de culpa do Município, o valor devido será acrescido de 0,1% (um décimo por cento) a título de multa, além de 0,033% (trinta e três milésimos por cento), por dia de atraso, a título de compensação financeira, a serem calculados sobre a parcela devida.

18.3.4 O pagamento do acréscimo a que se refere o item anterior será efetivado mediante autorização expressa do Chefe do Executivo, em processo próprio, que se iniciará com o requerimento da CONTRATADA dirigido ao Gabinete do Prefeito.

18.3.5 Caso o Município antecipe o pagamento da CONTRATADA, poderá ser descontado da importância devida 0,033 % (trinta e três milésimos por cento) por dia de antecipação.

18.4. Os preços que vierem a ser contratualmente pactuados serão irreajustáveis pelo período de 12 (doze) meses, a contar da data base utilizada para formulação das propostas. Os eventuais reajustes, após o prazo citado, só poderão ocorrer em periodicidade anual, conforme variação do IPCA/IBGE, levando em consideração a data base estipulada na proposta.

18.5 – A revisão dos valores poderá ser realizada a qualquer tempo, a fim de assegurar a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro, desde que devidamente justificada nos termos do art. 65, da Lei Federal n.º 8.666/93.

19 – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS (Art. 40, VIII, Lei n.º 8.666/93)

19.1 - A Licitação a que se refere este Edital poderá ser adiada ou revogada por razões de interesse público decorrente de fato devidamente comprovado, ou anulada, sem que caiba aos licitantes qualquer direito à reclamação ou indenização por esses motivos, ressalvado o disposto no Parágrafo Único, do art. 59 da Lei n.º 8.666/93, no último caso.

19.2 - Ocorrendo decretação de feriado, ponto facultativo ou outro fato superveniente de caráter público que impeça a realização deste Certame na data marcada, ficará o mesmo automaticamente prorrogado para o primeiro dia útil subseqüente, no mesmo horário, independente de nova comunicação, salvo aviso expresso do Pregoeiro e Equipe de Apoio em contrário.

19.3 – O Edital e seus anexos, assim como maiores informações e esclarecimentos de dúvidas de interpretação deste Edital, poderão ser obtidas e dirimidas perante o Pregoeiro e respectiva Equipe de Apoio, até um dia útil antes da realização do Certame.

19.3.1 – Os interessados em retirar o Edital deverão entregar CD-RW (virgem) à Comissão Permanente de Licitação.

19.3.2 - Informações e esclarecimentos relativos à Licitação devem ser adquiridas junto à Comissão Permanente de Licitação, situado na Rua Álvares de Castro, nº 346, 2º andar, no horário de 9:00 às 17:00, ou pelo telefone 2637-2052, ou maricacpl@gmail.com

19.4 - Se os certificados e certidões não tiverem prazo de validade declarado no próprio documento e nem registrados em legislação específica, ser-lhes-á atribuída validade de 90 (noventa) dias, contados de sua expedição.

19.5 - Os documentos exigidos deverão ser apresentados de forma ordenada, em conformidade com o Edital, devidamente numerados.

19.6 – Os proponentes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação. Portanto, a constatação, a qualquer tempo, de adulteração ou falsificação dos documentos apresentados, ensejará, após regular processo administrativo, a adoção imediata da aplicação da pena de suspensão temporária do direito de licitar e contratar com a Administração Pública pelo período de até 02 (dois) anos, independentemente das demais sanções previstas em Lei.

19.7 – Considerar-se-á domicílio ou sede da licitante o lugar onde esta mantém seu estabelecimento matriz.

19.8 – As licitantes devem ter pleno conhecimento dos elementos constantes do presente Edital e seus Anexos, não podendo alegar, posteriormente, qualquer desconhecimento quanto às condições estabelecidas, como elementos impeditivos ao perfeito cumprimento do contrato.

19.9 – É facultado ao Pregoeiro ou à Autoridade superior, em qualquer fase da licitação, promover diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, vedada à inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar no ato da sessão pública.

19.10 – Os proponentes assumirão todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas, não cabendo à **PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ** responsabilidade por qualquer custo, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

19.11 – Após a apresentação da proposta, não caberá desistência, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo Pregoeiro ou pela Autoridade superior.

19.12 – O proponente que vier a ser vencedor do certame, se contratado, ficará obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, em até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

19.13 – As normas que disciplinam este pregão serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, sem comprometimento da segurança do futuro contrato e do fiel cumprimento da lei.

19.14 – A critério do Pregoeiro, poderão ser relevados erros ou omissões formais, de que não resultem prejuízo para o atendimento das propostas.

19.15 – As disposições estabelecidas neste edital poderão ser alteradas, observadas as disposições do artigo 21, da Lei nº 8.666/93.

19.16 – O recebimento dos envelopes não gera nenhum direito para a licitante perante a PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ.

19.17 – As decisões do Pregoeiro serão consideradas definitivas somente após a sua homologação e adjudicação pelo Secretário Requisitante.

19.18 – Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados na sede da PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ.

19.19 – Fica assegurado à **PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ** sem que caiba aos licitantes indenização:

19.19.1 – adiar a data da abertura da presente licitação, dando disso conhecimento aos interessados, com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas, exceto em Caso Fortuito ou de Força Maior, quando o prazo citado não será observado.

19.20 – Qualquer pedido de esclarecimento em relação a eventuais dúvidas na interpretação do presente edital e seus anexos, ou ainda, quanto à formulação das propostas, deverá ser encaminhado, por escrito, ao Pregoeiro.

19.21 – Os prazos previstos neste Edital serão contados conforme artigo 110 da Lei nº 8.666/93.

19.22 – As empresas que não obedecerem, rigorosamente, as exigências do Edital, serão inabilitadas/desclassificadas, ressalvada a hipótese do item 16.14.

19.23 – A participação das empresas interessadas nesta licitação, implicará no total conhecimento das condições estabelecidas neste edital e em seus anexos, bem como das normas legais e regulamentares que regem a matéria, ficando consignado que na hipótese de ocorrência de casos omissos, estes serão solucionados à luz das disposições contidas na Lei Federal nº 8.666/93 e alterações posteriores, na Lei Federal nº 10.520/2002, no Decreto Municipal competente e demais normas pertinentes à espécie, pelo Pregoeiro e Equipe de Apoio, tendo sua decisão ratificada pela Autoridade superior através da Homologação.

19.24 – No caso da sessão do pregão vir a ser, excepcionalmente, suspensa antes de cumpridas todas as suas fases, os envelopes, devidamente rubricados no fechamento, ficarão sob a guarda do Pregoeiro, e serão exibidos, ainda lacrados e com as rubricas, aos participantes, na sessão marcada para o prosseguimento dos trabalhos.

19.25 – O Pregoeiro manterá em seu poder os envelopes de habilitação dos demais licitantes até a formalização do contrato com o adjudicatário, devendo os licitantes retira-los até 05 (cinco) dias após a publicação do extrato do contrato no Jornal Oficial do Município, sob pena de inutilização dos documentos contidos.

19.26 – Os casos omissos serão resolvidos pelo Pregoeiro com auxílio da Equipe de Apoio.

19.27 - Não será permitida a subcontratação, tendo em vista não ter havido solicitação expressa da Secretaria Requisitante.

19.28 – É vedada a substituição do representante da empresa junto a Comissão Permanente de Licitação em qualquer fase da licitação a não ser em caso de força maior devidamente comprovado.

19.29 – A empresa deve obrigatoriamente, de acordo com o art. 7º, da Lei n.º 8.666/93, cumprir o determinado no projeto básico/termo de referência e memorial descritivo assim como, observar o comprometimento do desembolso previsto no cronograma físico-financeiro com o realizado.

19.30 – Constituem anexos deste Edital:

ANEXO I:
A – Planilha de Valores e Quantitativos e Unitários
B - Propostas-Detalhe

ANEXO II – Modelo de Declarações:

A- Modelo de Declaração de Atendimento aos Requisitos de Habilitação
B- Carta de Credenciamento para participar de licitações
C- Modelo de Declaração de Fatos Impeditivos
D- Modelo de Declaração para fins do disposto do inciso V do Artigo 27 da Lei nº 8.666/93
E- Modelo de Declaração referente ao art. 9º da Lei n.º 8.666/93.

F- Modelo de declaração de que recebeu todos os documentos e informações necessários para participar da licitação.

ANEXO III:

A- Termo de Referência da Secretaria

ANEXO IV:

Minuta do Contrato

20 – DISPOSIÇÕES FINAIS

20.1 – A empresa vencedora deverá obrigatoriamente, de acordo com o art. 7º, da Lei n.º 8.666/93, cumprir o determinado no Projeto Básico/Termo de Referência, assim como, observar o comprometimento do desembolso previsto no cronograma físico-financeiro com o realizado.

20.2 - Se houver divergência entre o Termo de Referencia e o Edital, deverá ser considerada a cláusula do edital.

21– FORO

21.1 - Fica eleito o foro do Município de Maricá para dirimir quaisquer questões ou controvérsias oriundas da execução desta licitação, com renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Maricá, de de 2017.

LUIZ CARLOS DOS SANTOS

Secretario Municipal de Proteção e Defesa Civil

ANEXO I

A - PLANILHA DE VALORES E QUANTITATIVOS UNITÁRIOS

Item	Especificação	Unid.	Quant.	Valor unitário	Valor Total
01	**LÂMINA DE BORRACHA PARA ABAFADOR DE CHAMAS,** especificação de acordo com termo de referência	unid	20	R$ 121,85	R$ 2.437,00
02	**ABAFADOR MANUAL PARA COMBATE A INCÊNDIO,** especificação de acordo com termo de referência	unid	20	R$ 121,85	R$ 2.437,00
03	**MCLEOD,** especificação de acordo com termo de referência	unid	3	R$ 766,46	R$ 2.299,38
04	**FACÃO COM BAINHA,** especificação de acordo com termo de referência	unid	10	R$ 66,88	R$ 668,80
05	**PULASKI,** especificação de acordo com termo de referência	unid	3	R$ 760,38	R$ 2.281,14
06	**ÓCULOS DE PROTEÇÃO,** especificação de acordo com termo de referência	unid	10	R$ 38,24	R$ 382,40
07	**LUVAS RASPA DE COURO,** especificação de acordo com termo de referência	par	30	R$ 36,74	R$ 1.102,20
08	**CAPACETE,** especificação de acordo com termo de referência	unid	15	R$ 1.216,60	R$ 18.249,00
09	**CONJUNTO PARA PICK-UP 700 LITROS PARA COMBATE A INCÊNDIO FLORESTAL,** especificação de acordo com termo de referência	unid	2	R$ 23.913,81	R$ 47.827,62

10	**FOICE ROÇADEIRA COM CABO DE MADEIRA,** especificação de acordo com termo de referência	unid	2	R$ 50,56	R$ 101,12
11	**BOMBA DE SUCÇÃO,** especificação de acordo com termo de referência	unid	2	R$ 938,20	R$ 1.876,40
12	**CANTIL PLÁSTICO,** especificação de acordo com termo de referência	unid	10	R$ 200,66	R$ 2.006,60
13	**EQUIPAMENTO MÓVEL PARA COMBATE A INCÊNDIO COM REBOQUE,** especificação de acordo com termo de referência	unid	1	R$ 69.520,00	R$ 69.520,00
14	**LANTERNA DE LED RECARREGÁVEL,** especificação de acordo com termo de referência	unid	10	R$ 293,88	R$ 2.938,80
15	**MOCHILA COSTAL FLEXÍVEL ANTI-INCÊNDIO,** especificação de acordo com termo de referência	unid	10	R$ 1.436,22	R$ 14.362,20
16	**MEGAFONE DE MÃO,** especificação de acordo com termo de referência	unid	15	R$ 677,82	R$ 10.167,30
17	**KIT DE ACESSÓRIOS PARA BOMBA DE SUCÇÃO,** especificação de acordo com termo de referência	unid	2	R$ 1.391,54	R$ 2.783,08
18	**MANGUEIRA AUTOMOLHÁVEL DE INCÊNDIO FLORESTAL 1 POLEGADA,** especificação de acordo com termo de referência	unid	10	R$ 625,58	R$ 6.255,80
19	**BINÓCULOS,** especificação de acordo com termo de referência	unid	18	R$ 1.391,54	R$ 25.047,72
20	**APARELHO GPS,** especificação de acordo com termo de referência	unid	2	R$ 553,00	R$ 1.106,00
21	**BARRACA SANFONADA ARTICULADA, TIPO PIRAMIDE COR LARANJA,**	unid	3	R$ 632,00	R$ 1.896,00

	especificação de acordo com termo de referência				
22	**CAIXA TÉRMICA,** especificação de acordo com termo de referência	unid	20	R$ 331,80	R$ 6.636,00
23	**TRIPÉ TIPO TORRE DE ILUMINAÇÃO COM HOLOFOTES,** especificação de acordo com termo de referência	unid	2	R$ 221,20	R$ 442,40
24	**MACA CESTO DE RESGATE,** especificação de acordo com termo de referência	unid	2	R$ 3.934,20	R$ 7.868,40
				Total:	R$ **230.692,36**

B - PROPOSTA-DETALHE

ESTADO DO RIO DE JANEIRO **PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ** Comissão Permanente de Licitação	PREGÃO PRESENCIAL N.º 75/2017 A Realizar-se em Processo:
PROPOSTA DETALHE	
A firma ao lado mencionada propõe Prestar Serviço ao Município de Maricá, pelos preços abaixo assinalados, obedecendo rigorosamente às condições estipuladas constantes do EDITAL n.º 75/2017	CARIMBO DO CNPJ

Item	Especificação	Unid.	Quant.	Marca	Valor unitário	Valor Total
01	**LÂMINA DE BORRACHA PARA ABAFADOR DE CHAMAS,** especificação de acordo com termo de referência	unid	20			
02	**ABAFADOR MANUAL PARA COMBATE A INCÊNDIO,** especificação de acordo com termo de referência	unid	20			
03	**MCLEOD,** especificação de acordo com termo de referência	unid	3			
04	**FACÃO COM BAINHA,** especificação de acordo com termo de referência	unid	10			
05	**PULASKI,** especificação de acordo com termo de referência	unid	3			

06	**ÓCULOS DE PROTEÇÃO,** especificação de acordo com termo de referência	unid	10			
07	**LUVAS RASPA DE COURO,** especificação de acordo com termo de referência	par	30			
08	**CAPACETE,** especificação de acordo com termo de referência	unid	15			
09	**CONJUNTO PARA PICK-UP 700 LITROS PARA COMBATE A INCÊNDIO FLORESTAL,** especificação de acordo com termo de referência	unid	2			
10	**FOICE ROÇADEIRA COM CABO DE MADEIRA,** especificação de acordo com termo de referência	unid	2			
11	**BOMBA DE SUCÇÃO,** especificação de acordo com termo de referência	unid	2			
12	**CANTIL PLÁSTICO,** especificação de acordo com termo de referência	unid	10			
13	**EQUIPAMENTO MÓVEL PARA COMBATE A INCÊNDIO COM REBOQUE,** especificação de acordo com termo de referência	unid	1			
14	**LANTERNA DE LED RECARREGÁVEL,** especificação de acordo com termo de referência	unid	10			
15	**MOCHILA COSTAL FLEXÍVEL ANTI-INCÊNDIO,** especificação de acordo com termo de referência	unid	10			

16	**MEGAFONE DE MÃO,** especificação de acordo com termo de referência	unid	15			
17	**KIT DE ACESSÓRIOS PARA BOMBA DE SUCÇÃO,** especificação de acordo com termo de referência	unid	2			
18	**MANGUEIRA AUTOMOLHÁVEL DE INCÊNDIO FLORESTAL 1 POLEGADA,** especificação de acordo com termo de referência	unid	10			
19	**BINÓCULOS,** especificação de acordo com termo de referência	unid	18			
20	**APARELHO GPS,** especificação de acordo com termo de referência	unid	2			
21	**BARRACA SANFONADA ARTICULADA, TIPO PIRAMIDE COR LARANJA,** especificação de acordo com termo de referência	unid	3			
22	**CAIXA TÉRMICA,** especificação de acordo com termo de referência	unid	20			
23	**TRIPÉ TIPO TORRE DE ILUMINAÇÃO COM HOLOFOTES,** especificação de acordo com termo de referência	unid	2			
24	**MACA CESTO DE RESGATE,** especificação de acordo com termo de referência	unid	2			
					Total:	

OBS: No dia marcado para o certame a empresa participante deve trazer dentro do envelope de Proposta de Preços uma via da Proposta impressa e um CD-RW contendo arquivo do Word e Excel com a Proposta devidamente preenchida, em teor igual ao da impressa. SOB PENA DE DESCLASSIFICAÇÃO.

OBS: Deve ser colocada na Proposta a marca do produto ofertado, acarretando à ausência de tal informação a desclassificação da proposta.

OBS: As propostas devem, obrigatoriamente, estar acompanhadas da Planilha de Detalhamento de Custos Unitários, com a indicação da respectiva data-base (mês/ano).

Em, ____ de _____ de 2017.

Nº de Inscrição Municipal ou Estadual	Firma Proponente (Assinatura)

ANEXO II - DECLARAÇÕES

A - MODELO DE DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO AOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO

Ref.: Licitação na modalidade pregão nº ___/2017

A ..... (empresa licitante), inscrito no CNPJ n°....., por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a)....., portador(a) da Carteira de Identidade no..... e do CPF no ....., para fins do disposto no inciso VII do art. 4º da Lei Federal no 10,520, de 17 de julho de 2002, DECLARA que cumpriu plenamente os requisitos de habilitação exigidos para participação da licitação na modalidade pregão referida em epígrafe.

Local, em _____ de _____ de _____

_____

(representante legal)

Observações:

1 – Esta Declaração deverá ser confeccionada em papel timbrado da empresa e assinada pelo seu representante legal ou mandatário e COM FIRMA RECONHECIDA.

2 – Esta declaração deverá ser apresentada de forma avulsa, fora de qualquer dos envelopes (Proposta de Preços ou de Habilitação).

B - MODELO DE DECLARAÇÃO DE CREDENCIAMENTO

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº ___/2017

CARTA DE CREDENCIAMENTO (modelo)

(local), de de 2017

À

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ – RJ

Ao Pregoeiro,

Pela presente, fica credenciado o Sr. _____, portador da Cédula de Identidade nº _____, expedida em ___/___/___ e CPF nº _____, para representar a empresa _____, inscrita no CNPJ nº _____, no Pregão nº ____/____, a ser realizada em ___/___/___, nessa Prefeitura, às ___ horas, podendo, para tanto praticar todos os atos necessários, inclusive poderes para formular ofertas e lance de preços, prestar esclarecimentos, receber notificações, interpor recursos e manifestar-se quanto à desistência de interpô-los.

Atenciosamente,

_____

Assinatura do representante legal - COM FIRMA RECONHECIDA

Observações:

1 – A carta de Credenciamento deverá ser confeccionada em papel timbrado da empresa, assinada pelo seu representante legal, com poderes para constituir mandatário.

2 – Esta Carta deverá ser apresentada de forma avulsa, fora de qualquer dos envelopes (Proposta de Preços ou de Habilitação).

C - MODELO DE DECLARAÇÃO DE FATOS IMPEDITIVOS

_____(nome da empresa), inscrita no CNPJ nº _____, sediada _____(endereço completo), declara, sob as penas da lei, que até a presente data inexistem fatos supervenientes, para sua habilitação no presente processo licitatório, assim como está ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

Local e data

_____

Assinatura do representante legal

Observações:

1 – Esta Declaração deverá ser confeccionada em papel timbrado da empresa e assinada pelo seu representante legal ou mandatário.

D - MODELO DE DECLARAÇÃO PARA FINS DO DISPOSTO NO INCISO V DO ARTIGO 27 DA LEI Nº 8.666/93

Ref.: (identificação da licitação)

....., inscrito no CNPJ n°....., por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a)....., portador(a) da Carteira de Identidade no..... e do CPF no ....., DECLARA, para fins do disposto no inciso V do art. 27 da Lei no 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei no 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre (assinalar com "x", conforme o caso):

( ) não emprega menor de dezesseis anos.
( ) emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz ( ) .

Local, em _____ de _____ de _____

_____

(representante legal)

OBSERVAÇÕES:

1 – Esta Declaração deverá ser confeccionada em papel timbrado da empresa e assinada pelo seu representante legal ou mandatário.

E - MODELO DE DECLARAÇÃO PARA FINS DO DISPOSTO NO ARTIGO 9º DA LEI Nº 8.666/93

A ..... (empresa licitante), inscrito no CNPJ n°....., bem como seu representante legal, o(a) Sr(a)....., portador(a) da Carteira de Identidade no..... e do CPF no ....., DECLARAM não ser:

I - o autor do projeto, básico ou executivo, pessoa física ou jurídica;

II – no caso de empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou executivo;

III - no caso da empresa, isoladamente ou em consórcio, ser a autora do projeto, dirigente, gerente, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto ou controlador, responsável técnico ou subcontratado;

IV - servidor ou dirigente de órgão ou entidade contratante ou responsável pela licitação.

Local, em _____ de _____ de _____

_____

(representante legal)

OBSERVAÇÕES:

1 – Esta Declaração deverá ser confeccionada em papel timbrado da empresa e assinada pelo seu representante legal ou mandatário.

F - MODELO DE DECLARAÇÃO DE QUE RECEBEU TODOS OS DOCUMENTOS E INFORMAÇÕES NECESSÁRIOS PARA PARTICIPAR DA LICITAÇÃO

Ref.: (identificação da licitação)

_____(nome da empresa), inscrita no CNPJ nº _____, sediada _____(endereço completo), declara, sob as penas da lei, que recebeu todos os documentos necessários para participar da licitação e de que tomou conhecimento de todas as informações e condições locais para o cumprimento das obrigações objeto desta licitação.

Local e data

_____

assinatura do representante legal

Observações:

1 – Esta Declaração deverá ser confeccionada em papel timbrado da empresa e assinada pelo seu representante legal ou mandatário.

ANEXO III

A - Termo de Referência

1 – OBJETOS

Considerando as disposições da Lei n.º 8.666/93 e suas alterações, a Prefeitura de Maricá realizará processo licitatório para a aquisição dos objetos descritos a seguir, para atender as necessidades da Coordenadoria de Proteção e Defesa Civil, conforme este Termo de Referência:

2 - JUSTIFICATIVA

Equipamentos para uso dos Agentes de Defesa Civil, destinados a dar mais agilidade e segurança no acesso e combate ao fogo em vegetação no Município de Maricá; nas ações dos guarda-vidas na orla marítima e operações da Defesa Civil.

Produtos utilizados como EPI (equipamento de proteção individual), especialmente desenvolvidos para proteger o corpo, com um diferencial para os olhos, do ressecamento e queimaduras causados pelo calor das chamas resultantes da queima de vegetação.

Móveis destinados a: mobiliar, organizar o ambiente e dar mais qualidade laborativa para os agentes desenvolverem os trabalhos administrativos e operacionais.

3 – DETALHAMENTO E QUANTITATIVO ESTIMADOS DO OBJETO

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID	VALOR UNITÁRIO	QUANT	VALOR TOTAL
1	**LÂMINA DE BORRACHA PARA ABAFADOR DE CHAMAS** Material - borracha compacta, com no mínimo quatro lonas, medindo 40 x 30 x 0,6 cm, contendo furos, com diâmetro de 20 mm cada, distribuídos na superfície da lona.	Unid	R$	20	R$
2	**ABAFADOR MANUAL PARA COMBATE A INCÊNDIO** indicado para o combate direto e rescaldo, por abafamento. Indicado no combate a incêndios rasteiros em sub-bosque, florestal, pastagens e áreas rurais. Peso: 2 kg. Devera ser fornecido com cabo de madeira, Equipamento composto por um flap de borracha especial perfurada, para combate direto às chamas, atuando por abafamento. Especificação Técnica • Cabo de madeira com 1,5 m comprimento x 30 mm de diâmetro; • Peso total de 2,90 Kg; • Borracha de 40 x 30 x 0,6 cm, contendo orifícios distribuídos em	Unid	R$	20	R$

	toda a sua superfície.				
3	**MCLEOD** para uso em técnicas de combate a incêndios. Equipamento ideal para cortar e picar raízes, galhos, troncos e limpar linhas de fogo, abrindo pequenas faixas ou aceiros. Especificação Técnica • Cabo de madeira com 1,25m • Peso 2,3 kg; • Lamina com: 23 cm de altura x 24,75cm Largura; • 06 dentes de 8,9cm; • Cabo 125cm.	Unid	R$	03	R$
4	**FACÃO COM BAINHA** Utilizado na abertura de picadas e pequenos cortes; material de corte com cabo anatômico e lamina de aço forjado. Especificação Técnica • 20gr peso do cabo • 65 gr peso da lâmina • Lâmina em aço forjado SAE 920 • Cabo em madeira	Unid	R$	10	R$
5	**PULASKI** Ferramenta do tipo versátil combinando um machado e um alvião em uma só peça, com a finalidade de cortar, picar e raspar raízes, galhos e troncos que estejam em brasa, além de cavar pequenas linhas de fogo, para uso em técnicas de combate a incêndios. Especificação Técnica • Laminas feitas de aço; • Umas das extremidades com função de machado e a outra com a função de alvião; • Cabo de madeira com 91cm;	Unid	R$	03	R$

	• Peso 2,3 kg;				
6	**ÓCULOS DE PROTEÇÃO** Material de proteção individual, próprio para a proteção ocular do combatente e resistente a chama, no exercício de sua função. Recomendado para proteção ocular contra pós, fumaças e impacto de partículas externas. Óculos de segurança, modelo ampla-visão, constituído de armação confeccionada em uma única peça de polipropileno na cor cinza, recoberta internamente com borracha macia branca que se acomoda à face do usuário, com sistema de ventilação indireta composto de pequenos orifícios, na parte superior e na parte inferior. O ajuste à face do usuário é feito através de um tirante elástico cinza, dotado de presilhas plásticas nas extremidades, que se encaixam em outras presilhas localizadas nas extremidades da armação. O visor é confeccionado em policarbonato incolor, cinza. O modelo cobre toda a região em torno dos olhos do usuário. O material deverá ser resistente ao calor intenso	Unid	R$	10	R$
7	**LUVAS RASPA DE COURO** Material de proteção individual, próprio para a proteção das mãos do combatente, no exercício de sua função, sendo resistente a chama. Recomendado para ser utilizada na proteção das mãos do operador • Confeccionada em vaqueta de couro; • Costura interna; • Cano curto; • Ajuste de punho com elástico	Par	R$	30	R$
8	**CAPACETE** Material de proteção individual, próprio para a proteção da cabeça do combatente e resistente a impacto**s** e a chama, com emprego na proteção individual do combatente, no exercício de sua função. Deve ser de fácil adaptação de protetores faciais, auditivos e outros Especificação Técnica	Unid	R$	15	R$

	• Peça única injetada de polietileno de alta densidade; • Sem porosidade; • Resistente a impactos; • Leve e durável; • Fendas laterais (Slot), para que sejam acoplados protetores faciais e auditivos; • Na cor amarelo; • Suspensão em 2 modelos: Fikafirme e Catraca (ajuste giratório); • As Suspensões cinta ajustável e dupla fita amortecedora com 4 pontos de apoio, formando um eficiente sistema de amortecimento, em caso de impacto. Possui ainda, testeira absorvedora de suor, • O interior do capacete em material isolante contra os desgastes do calor do fogo, • O capacete tem que apresentar condições de uso de lanterna externa				
9	**CONJUNTO PARA PICK-UP 700 LITROS PARA COMBATE A INCÊNDIO FLORESTAL** possuindo: tanque flexível de cor amarela, confeccionado em vinil de textura grossa (pvc) repelente a chamas, com capacidade de 700 litros, e peso líquido de 12,0 quilos, respectivamente. possui bocal de descarga de 1" com válvula de controle de fluxo. apresenta perfil baixo e quebra de ondas inerno para melhor distribuição do peso e máxima estabilidade do veículo. bocal de abastecimento com 110 mm. tampa plástica rígida com cordel antiperda, peneira para filtragem e borda flutuante para facilitar ajuste do tanque na carroceria da pick-up antes do abastecimento. apresenta reforço para a base e laterial do tanque, confeccionado em pvc, de cor preta, com cinta de poliéster e cordão. conjunto motobomba com motor de 4 tempos, a gasolina, 1 cilindro, refrigerado a ar, 163 cilindradas, 5,5 hp, peso líquido de 15 kg; bomba imovilli pompe, m 35 (39 l/min.	Unid	R$	02	R$

	a 40 bar de pressão), autoescorvante, tipo membrana, peso líquido de 6,6 kg; lança de descarga braglia modelo turbine com ponta de 3,5 mm, pressão máxima 60 bar, comprimento 600 mm, peso 1,6 kg; mangueira de sucção: espiralada translúcida, diâmetro interno 1", comprimento de 3 m; mangueira de descarga de pvc com trama de poliéster, diâmetro interno 1/2", comprimento de 30 m, pressão de trabalho 700 psi; conexões rápidas em latão, recravadas. acessórios opcionais: a) **kit de indução de espuma**: com bico aerador em policarbonato, de cor amarela, vazão máxima de 8 gpm (30,3 l/min), reservatório tipo mochila costal flexível, de cor amarela, com capacidade volumétrica máxima para 9 l de supressante de chamas/lge, dotado de mangueira de 1/2" e válvula on-off. b) **carretel**: para até 60 m de mangueiras, metálico, com base tubular e rodas para facilitar o transporte'. alça retrátil. c) **gaiola**: estrutura tubular construída especialmente para acondicionar o tanque flexível e fixar a motobomba, permitindo o deslocamento da pick-up com mais rapidez sem comprometer a segurança. produzido com tubos em aço carbono, com solda mig reforçada. estrutura resistente a corrosão, pintada na cor vermelha com pintura epóxi. peso total aproximado (sem carretel): Unid d) **kit de reparo**: contem dois retalhos de pvc (vinil) e um tubo de cola a frio				
10	**FOICE ROÇADEIRA COM CABO DE MADEIRA** Cabo em madeira resistente de 100 cm Aço carbono especial de alta qualidade Pintura eletrostática a pó na cor verniz	Unid	R$	02	R$
11	**BOMBA DE SUCÇÃO -** Moto bomba portátil auto-escorvante, motor explosão 02 tempos, Utilizada para aspiração e propulsão de água no combate a incêndio. **Especificação Técnica** • Motor monocilíndrico 2 Tempos; • Combustível (mistura) 1/25;	Unid	R$	02	R$

	• Ignição por volante magnético e platinado; • Sucção máxima 7m; • Potência mínima de 2 HP • Cilindrada mínima de 150 cc • Cilindro simples • Refrigeração a ar • Anodização das partes da bomba contra corrosão • Peso máximo de 27 Kg • Saída d'água de 1 ½ " storz • Entrada d' água de 2" • Punho ou alça para transporte				
12	**CANTIL PLÁSTICO -** Material em Polietileno, altamente resistente a furos, não amassa, não enferruja. Material individual para o transporte de água potável. Para transporte de água potável. Confeccionado em polietileno de alta densidade, na cor azul marinho, com reforço no protetor da tampa, tipo inodoro, com capacidade aproximada para 01 (um) litro. Com capa protetora semi-térmica em nylon, na cor azul marinho com a logomarca da Defesa Civil de Maricá bordada, com passadores em aço carbono e fecho de segurança para fixação em cinto N.A • Contendo uma caneca de alumino que se adapta ao cantil.	Unid	R$	10	R$
13	**EQUIPAMENTO MÓVEL PARA COMBATE A INCÊNDIO COM REBOQUE** Reservatório em fibra de vidro com capacidade de 700 a 800 litros, com reforços externos e internos, pintado com tinta a base de poliuretano (PU) na cor vermelha. Tampa retangular em fibra de vidro para manutenção e inspeção interna, fixada com no mínimo de 12 parafusos soberbos, acabamento com pintura em tinta PU vermelha. Na mesma tampa, deve ter 01	Unid	R$	01	R$

	(uma) entrada para abastecimento com acoplamento storz 1.1/2", rosca externa 11 fios por polegada e latão polido, com tampa storz de 1.1/2", mais 01 (uma) entrada superior de 2" polegadas para abastecimento rápido por sistema de gravidade, e 1 (um) respiro montado em peças plásticas. Em seu interior, o reservatório deve possuir uma válvula de retenção de 2.1/2". 2. Chassi suporte do sistema de combate a incêndio em chapa de aço 1020 com espessura de ¼ dobrada e unida por solda, com furos próprios para prender a gaiola protetora e suporte do motor. Acabamento com pintura eletrostática a pó na cor preta, perfil de madeira para deslizar em caso de arrastar e, também, para proteção do tanque e carrocerias de veículos onde pode ser adaptado. 3. Gaiola de proteção em tubos de aço de diâmetro 31 mm com parede 2,5 mm curvado e unido por solda. Com curvas reforçadas em chapa de aço de 4 mm, oxicortadas com furo de diâmetro 79 mm nos 4 cantos superiores, que também serve para içamento do conjunto. Com dois perfis de 40 mm de base e 20 mm de abas, soldados nos tubos da gaiola e fixados no suporte do motor. Com dois parafusos sextavados M 10 x 20 em aço inox, que serve para fixar o carretel. Acabamento com pintura eletrostática a pó na cor preta. A gaiola fixada por parafusos Allen M 10 x 25 em aço inox, nos 4 cantos do chassi . 4. Carretel, Tubo de aço 1020 de diâmetro 22 mm, parede 3 mm, calandrado de diâmetro externo 450mm, unidos por solda ao centro do carretel, com barras de aço 1020 chatas dobradas de 6,4 mm x 25 mm. Pintura eletrostática a pó vermelho. O conjunto de fixação do carretel em seu giro central feito em aço 1020 usinado e galvanizado, unido às laterais do carretel com parafusos em aço inox sextavado M10 x 150, também com rolamento e vedação por o-ring no lado de entrada da água. No outro lado, o giro é feito por 1 bucha e 1 pino de aço temperado também preso à lateral com parafuso inox sextavado M10 x 150, sendo lubrificado por graxa e deve possuir graxeiras M6 de fácil acesso. 5. Manivela (para acionamento do carretel) em chapa de aço 1020 oxicortada de 220 mm x 6,4mm, galvanizada com				

	empunhadura giratória em plástico, fixada ao eixo do carretel. O carretel deve possuir suporte lateral para fixação de todo o conjunto com a estrutura gaiola (citada no item acima). Divisão de Áreas Protegidas – MARP.CD 6. Mangotinho em borracha flexível, na cor preta, de 1" de vazão, comprimento 40m, com pressão de trabalho mínima de 300 PSI, com ponteiras prensadas, esguicho em latão usinado e polido com jato regulável em sólido e leque. 7.Tubulação externa, Unindo a caixa à bomba, em peças galvanizadas com vazão de 2.1/2", unidas entre si por roscas BSP 11 fios. Tendo, na saída do reservatório, um registro com possibilidade de fechamento para utilização de uma rede externa de água. A união deste conjunto de tubulação deve ser fixado à caixa por uma junção tubo de borracha com braçadeiras. Na saída da pressão para o mangotinho deve ter duas válvulas: Uma de retenção para que o sistema permaneça pressurizado. E outra, como um registro de 2.1/2", com acoplamento storz 2.1/2" para ser acoplado um redutor para mangueira de combate a incêndio de 1.1/2" ou adaptar derivante. 8. Motor BFGE 13.0 Gasolina, 4 tempos, partida retrátil e elétrica com sistema de chaves para sua ignição separada, com potência mínima de 13,0 CV 3.600 rpm. Capacidade do tanque mínima de 6,0 L, consumo médio de 3,1 L/h, cilindrada mínima 389 cm³, diâmetro do cilindro 88mm. Reservatório do Cárter com capacidade para 1,100 ml e óleo 20 w 50. O motor deve ser fixado em um perfil de aço 1020 em forma de "U" com base de 150 mm, abas de 30mm e pintura eletrostática a pó na cor preta. Este perfil é fixado com 4 coxim de borracha injetada de diâmetro 65 mm, altura de 30 mm com rosca externa M10, em um outro perfil "U", com pintura eletrostática preta, de base 100 mm e abas de 30 mm, que parte do chassis no qual é fixado por 4 parafusos M8 x 25 em aço inox; Deverá possuir proteção de áreas quentes para não permitir que o usuário possa se queimar no mento da sua utilização. 9. Bomba centrífuga acoplada no motor a combustão (5,5 / 7,0 / 10 / 13) cv 3500rpm - bocais rosca - sucção 2" x recalque 1.1/2". Utilizada para água limpa, vazão máxima de 50 m³ hora e uma pressão máxima de 6 kg.				

	(18 m³ hora).				
14	**LANTERNA DE LED RECARREGÁVEL.** Esta especificação fixa as condições mínimas exigidas para a aquisição de lanterna recarregável em LED, 110V e 220V. Equipamento de visualização noturna, utilizado em ocorrências de incêndio e, salvamento. **ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA:** Lanterna com no mínimo 19 leds, bateria recarregável em 110 ou 220 volts, com vida útil mínima de 500 recargas, tempo de carga de aproximadamente 15 horas. Deverá possuir dois estágios de iluminação e acompanhar alça de ombro. Acompanha Plug para carregar, corpo de plástico rígido, indicador de alerta quando totalmente carregada.	Unid	R$	10	R$
15	**MOCHILA COSTAL FLEXÍVEL ANTI-INCÊNDIO**. Descrição: Para o combate direto aos incêndios florestais, rurais e nas margens das rodovias. ferramenta auxiliar nas queimas controladas. indicada para resfriamento, construção de linhas frias e rescaldo. O equipamento deve ser de fácil operação e transporte. Características: Mochila costal flexível utilizada no transporte de água para extinção de incêndios florestais, especialmente projetada de forma ergonômica para facilitar a utilização em condições extremas, deverá ser dotada de correias de sustentação com ombreiras almofadadas e fivelas confeccionadas em acetal, material especialmente desenvolvido para condições adversas de combate a incêndios florestais. Deverá dispor de um sistema tipo com quatro mosquetões para pendurar o lançador quando o Bombeiro não estiver utilizando o equipamento, sistema de fixação ao ombro permitindo o transporte e movimentação em todos os ângulos sem que a mesma se desloque do ombro, deve possuir sistema frontal para armazenamento de rádios bem como um bolso para armazenamento de equipamentos utilizados no combate. Deve possuir sistema para fixação do lançador de agua quando não estiver em uso permitindo o usuário caminhar de mãos livres, dispor ainda de faixas refletivas para facilitar a visualização do Bombeiro.	Unid	R$	10	R$

	Deverá ser composta por Bolsa Externa de poliéster 600x600, bolsa interna construída em tecido de poliéster com cobertura interna e externa de PVC e saída de ½" de rosca BSP que permita troca rápida quando da degradação e até durante o uso em campo, deve possuir lançador de duplo efeito com corpo principal confeccionado em latão, diâmetro exterior entre 22 e 23 mm, pistão com material sintético de alta resistência, sistema da válvula confeccionado em aço inoxidável. Deverá obrigatoriamente lançar agua com movimentos tanto na ida como na volta otimizando esforços físicos, possuir mangueiras de conexão entre mochila e lançador. Deverá obrigatoriamente possuir tanque ergonômico, com capacidade útil de armazenamento entre 18 litros e 20 litros, com formato tipo envelope, projetado para facilitar o abastecimento, permitindo o posicionamento do bocal na horizontal. O bocal de enchimento deverá ter, no mínimo, 120 mm de diâmetro e tampa plástica rígida de rosca. Deverá possuir tirantes internos com função de quebra ondas. Deverá possuir duplo reforço na base do tanque. A bomba deverá ser de pistão plástico de alta resistência. O bico de saída deverá ser regulável, confeccionado em alumínio de alta resistência. O jato de água pleno e pulverizado proporcionados pela bomba deverão atingir, respectivamente distâncias superiores a 10 e a 2,5 metros com jato tipo neblina, volume de disparo de 125 cm3.				
16	**MEGAFONE DE MÃO**: potência de 30W, alcance de 200m. Recarregável, com tempo de carga máximo de 8 horas e indicador de carga, tensão de alimentação de 110Vca, com controle de volume e gravador de voz para reprodução mínima de 10s • Megafone profissional com finalidade de agrupar e organizar pessoas, com especificação mínima: • Controle de volume; • Microfone de mão com controle de	Unid	R$	15	R$

	volume; • Botão Liga/Desliga; • Botão com som musical; • Botão para gravação; • Som de alerta (Sirene); • Alcance mínimo: 600 metros; • Distorção harmônica: ±7%; • 01(uma) Manopla (Microfone); • 01(uma) Alça de transporte e manuseio; Manual de Instrução em português				
17	**KIT DE ACESSÓRIOS PARA BOMBA DE SUCÇÃO**: • 01 (uma) **MANGUEIRA DE SUCÇÃO** em PVC leve e ultra resistente 2" X 3,0 M, com acoplamento para a bomba • 01 (uma) **VÁLVULA DE PÉ** fabricada em alumínio • 01 (um) **ADAPTADOR** para acoples tipo engate rápido universal 1" • 01 (um) **ADAPTADOR** para acoples tipo engate rápido universal 1"½ mangueira/ bomba, • 01(um) **ESGUICHO JATO REGULÁVEL** com adaptador tipo engate rápido universal para 1" e 1"½.	Unid	R$	02	R$
18	**MANGUEIRA AUTOMOLHÁVEL DE INCÊNDIO FLORESTAL 1 POLEGADA** - Mangueira florestal totalmente sintética e automolhável (a trama do tecido permite umedecê-lo exteriormente formando uma superfície úmida constante), com grande resistência ao desgaste e a rupturas. Ideal para o uso em rescaldo. Apresenta revestimento interno para reduzir as perdas de pressão por fricção, e as seguintes características: Acoples de alumínio tipo	Unid	R$	10	R$

	engate rápido universal. Pressão de trabalho aproximada de 300 PSI; Pressão de ruptura aproximada de 750 PSI. **Dimensões: 1" x 30m** (peso do rolo de aproximadamente de 30 metros sem acoples: 3,6 kg);				
19	**BINÓCULOS** • Binóculo náutico hermeticamente selado, antiembaçamento, totalmente à prova de água e não afunda, suporta, no mínimo, 2 metros de imersão. • Magnificação: 7x; • Objetiva: 50mm Fully coated UV. Não serão aceitas lentes tipo RUBICON; • Tipo de Foco: Individual; • Prismas: Porro Bak-4 WP; • Saída de Pupila: 7,1mm; • Eye Relief: 23,4 mm (+/- 1 mm); • Ajuste de dioptria para equilíbrio da visão; • Acabamento material: ABS e Metal, totalmente emborrachado, selado com nitrogênio. O nitrogênio deverá ser expurgado após o processo; Distância Mínima de Foco: 7 metros; Alcance: Mínimo de 800 metros; Cor: Predominância preta; Acessórios: Estojo e alça de segurança e transporte; Garantia do Fabricante: Contra defeito de fabricação.	Unid	R$	18	R$
20	**APARELHO GPS –** Dimensões 12,2 x 7,4 x 2cm; Tamanho da Tela 4,3 polegadas; Resolução da tela480 x 272 pixels; Tipo da tela; WQ VGA colorida com Backlight para uso noturno; Peso172,93g; Bateria Litio recarregável com 4 horas de duração; Sensor de recepção; Sensor de alta sensibilidade. Pontos de Interesse: 1000	Unid	R$	02	R$

	Funções: Download de Mapas				
21	**BARRACA SANFONADA ARTICULADA, TIPO PIRAMIDE** - estrutura de treliça em alumínio reforçada com aço, modelo articulado de montagem simples e intertravado por parafusos com porca auto-travante. Revestida com lona ou tecido em pvc auto extinguível de longa vida, com tratamento vulcanizado em sistema de termo fixação eletrônica (sem costura) e, resistente a rasgos, a umidade e produtos químicos, devem receber selagem impermeabilizante, ou sistema alternativo que comprovadamente garanta impermeabilidade, acabamento de bainha soldada e ilhoses de latão com sistema de captação e condução de agua pluvial, para uso prolongado nos eventos adversos, dimensões físicas 300x300x250cm (AxLxP), cor LARANJA. **Nas duas laterais e na parte posterior da barraca deverá ter impresso o logotipo da DEFESA CIVIL e 20cm abaixo, conter o texto "DEFESA CIVIL DE MARICÁ", em azul marinho**. Após montada, a barraca não deverá apresentar folgas, pregas ou enrugamentos nas paredes e nas portas. Em consequência, os tecidos do corpo da barraca, laterais e sobreteto deverão estar completamente esticados. Nessa mesma condição, deverá, comprovadamente, possuir estabilidade e resistir a fortes ventos laterais (considerando uma velocidade mínima possível de 50 km/h).	Unid	R$	03	R$
22	**CAIXA TÉRMICA** Tipo **hot box**, para transporte de marmitex, com alças nas laterais, confeccionada em material polietileno linear, cor incorporada a quente com paredes duplas, isolamento térmico em poliuretano (PU) expandido, empilháveis e travadas umas as outras por meio de dois fechos em aço inoxidável, formando um conjunto compacto e seguro. Características adicionais: Cada caixa possui geometria com cavidades para acondicionar e transportar **quatro (04) embalagens** marmitex nº 8 e/ou nº 9	Unid	R$	20	R$
23	**TRIPÉ TIPO TORRE DE ILUMINAÇÃO**	Unid	R$	02	R$

	COM HOLOFOTES Tripé deve ser fabricado com tubos em alumínio 6063-T5 de 27 mm e tubo de alumínio 6101-T6 de 32 mm, tendo 2,95 m de abertura máxima e 1,25 m de abertura mínima, com capacidade de carga até 13 kg, peso máximo de 3,4 kg, com pintura eletrostática ou tratamento de anodização, nas cores alumínio e/ou vermelho. Ajuste telescópico deve ser deslizante com sistema anti-desmontagem. Devem possuir fixadores para ajuste de altura com aperto rápido em alumínio. Parafusos devem ser de aço inoxidável. Porcas auto-travantes em aço inoxidável. Suporte do holofote giratório deve ser em aço galvanizado.Travamento dos pés manual. Sapatas de aço galvanizado que possibilitam ajuste a qualquer superfície, com possibilidade de serem cravados em terrenos macios. Deve ter ajuste de altura dos holofotes que deve variar entre 1,30 m e 2,20 m. Deve possuir 02 (dois) Holofotes com foco ajustável na vertical e horizontal com lâmpada halógena 127 ou 220 V e potência mínima de 400 W. Plug de tomada 2P+T (2 polos e terra) com adaptador para 2P. Deverá acompanhar 06 (SEIS) lâmpadas sobressalentes para cada kit e capa protetora				
24	**MACA CESTO DE RESGATE** Descrição: Deverá ter estrutura em duro alumínio tubular leve e resistente, casco em polietileno de alta resistência a impactos. Dimensionado para suportar vítimas com peso até 280 kg. Possuir pegadores amplos para facilitar o uso com luva. Na coloração laranja. DIMENSÕES: • Altura máxima 170 mm • Comprimento Total _2100 mm • Largura aberta 635 mm • Peso bruto 12,0 kg	Unid	R$	02	R$
TOTAL					**R$**

4 – MEMÓRIA DE CÁLCULO

A Secretaria de proteção e Defesa Civil possui 30 agentes disponíveis para as ações pertinentes a pasta, com 18 desses capacitados para combate a incêndios florestais.

Para a realização do combate a incêndio florestal, é necessário que se adquira equipamentos essenciais tais como ferramentas específicas, equipamentos de proteção individual e equipamentos para suporte das operações. É importante ressaltar que muitos equipamentos e ferramentas são operadas por um único agente.

Considerando que existe um plantão diário formado por três agentes para primeira resposta, e que os demais estão sempre em regime de prontidão para acionamento imediato para atender as demandas do município e sua vasta área de vegetação.

Considerando que a Secretaria municipal de proteção e defesa civil, possui quatro veículos operacionais com capacidade para transporte de equipamentos como os itens 9 – tanque flexível para combate a incêndios, 11- bomba de sucção, 13 (equipamento móvel para combate a incêndio com reboque), 17 (kit acessórios para bomba), 18 (mangueira de 1 polegada), 20 (aparelho GPS), 21 (barraca sanfonada). É importante possuir pelo menos duas viaturas equipadas, para caso seja necessário reforçar a operação corrente ou atender outra solicitação em área diversa.

Do exposto esta Secretaria lista no quadro abaixo as quantidades necessárias para atender as demandas operacionais de seus agentes, para melhor realizarem as operações e proporcionando um serviço de excelência à população maricaense.

ÍTEM	DESCRIÇÃO	UNID	QUANT	UTILIDADE
01	**LÂMINA DE BORRACHA PARA ABAFADOR DE CHAMAS**	Unid	20	Usado na substituição das lâminas dos abafadores. Uso individual.
02	**ABAFADOR MANUAL PARA COMBATE A INCÊNDIO**	Unid	20	Indicado para o combate direto e rescaldo, por abafamento. Indicado no combate a incêndios rasteiros em sub-bosque, florestal, pastagens e áreas rurais. Uso individual.
03	**MCLEOD**	Unid	03	Para uso em técnicas de combate a incêndios. Equipamento ideal para cortar e picar raízes, galhos, troncos e limpar linhas de fogo, abrindo pequenas faixas ou aceiros. Uso individual.
04	**FACÃO COM BAINHA**	Unid	10	Utilizado na abertura de picadas e pequenos cortes; material de corte com cabo anatômico e lamina de aço forjado. Uso

				individual.
05	**PULASKI**	Unid	03	Ferramenta do tipo versátil combinando um machado e um alvião em uma só peça, com a finalidade de cortar, picar e raspar raízes, galhos e troncos que estejam em brasa, além de cavar pequenas linhas de fogo, para uso em técnicas de combate a incêndios. Ideal para cortar e picar raízes, galhos e troncos. Uso individual.
06	**ÓCULOS DE PROTEÇÃO**	Unid	10	Material de proteção individual, próprio para a proteção ocular do combatente e resistente a chama, com emprego na proteção individual do combatente no exercício de sua função. Recomendado para proteção ocular contra pós, fumaças e impacto de partículas externas. Uso individual.
07	**LUVAS RASPA DE COURO**	Par	30	Material de proteção individual, próprio para a proteção das mãos do combatente, no exercício de sua função, sendo resistente a chama. Recomendado para ser utilizada na proteção das mãos do operador. Uso individual.
08	**CAPACETE**	Unid	15	Material de proteção individual, próprio para a proteção da cabeça do combatente e resistente a impactos e a chama, com emprego na proteção individual do combatente, no exercício de sua função. Uso individual.
09	**CONJUNTO PARA PICK-UP 700 LITROS PARA COMBATE A INCÊNDIO FLORESTAL COM CONJUNTO ENROLADOR COM MANGUEIRA DE 38 MM**	Unid	02	Tanque de PVC flexível de alta resistência para transporte de água e fluídos não perigosos para aplicação em localidades remotas. Material de apoio, uma unidade por viatura.
10	**FOICE ROÇADEIRA COM CABO DE MADEIRA**	Unid	02	Abrir trilhas na vegetação. Uso individual.
11	**BOMBA DE SUCÇÃO**	Unid	02	Moto bomba portátil auto-escorvante, com motor explosão 02 tempos, utilizada para aspiração e propulsão de água no combate a incêndio. Material de apoio.

12	**CANTIL PLÁSTICO**	Unid	10	Material individual para o transporte de água potável, durante as operações de combate a incêndio florestal. Uso individual.
13	**EQUIPAMENTO MÓVEL PARA COMBATE A INCÊNDIO COM REBOQUE**	Unid	01	Equipamento móvel para combate ao fogo florestal e urbano de fácil manejo e rápida ação sem perda de tempo. Material de apoio
14	**LANTERNA DE LED RECARREGÁVEL.**	Unid	10	Equipamento de visualização noturna, utilizado em ocorrências de incêndio e, salvamento. Uso individual.
15	**MOCHILA COSTAL FLEXÍVEL ANTI-INCÊNDIO**.	Unid	10	Para o combate direto aos incêndios florestais, rurais e nas margens das rodovias. Ferramenta auxiliar nas queimas controladas. Indicada para resfriamento, construção de linhas frias e rescaldo. Uso individual. Material de apoio.
16	**MEGAFONE DE MÃO**	Unid	15	Usado para transmitir informações durante as operações de combate a incêndio e ações de alerta dos guarda-vidas aos banhistas nas praias. Material de apoio.
17	**KIT DE ACESSÓRIOS PARA BOMBA DE SUCÇÃO**:	Kit	02	Usado em conjunto com a bomba de sucção para conduzir água nas operações de combate a incêndio florestal. Material de apoio, uma unidade por viatura.
18	**MANGUEIRA AUTOMOLHÁVEL DE INCÊNDIO FLORESTAL 1 POLEGADA**	Unid	10	Usada para levar água da bomba até o esguicho, durante a operação de combate a incêndio florestal. Material de apoio, cinco unidades por viatura.
19	**BINÓCULOS**	Unid	18	Usados para visualizar focos distantes nas operações de combate a incêndios florestais e para os guarda-vidas localizarem possíveis vítimas de afogamento na orla marítima. Uso individual.
20	**APARELHO GPS**	Unid	02	Usado para mapear origem dos focos de incêndios. Material de apoio, uma unidade por viatura.
21	**BARRACA SANFONADA ARTICULADA, TIPO PIRAMIDE**	Unid	03	para montagem de posto de comando nos locais de atendimento que demandem a presença dos Agentes de Defesa Civil durante eventos de

				maior duração. Material de apoio.
22	**CAIXA TÉRMICA**	Unid	20	Para transporte de marmitex com refeições, de forma higiênica, mantendo os alimentos aquecidos durante as jornadas de combate a incêndio em vegetação. Material de apoio.
23	**TRIPÉ TIPO TORRE DE ILUMINAÇÃO COM HOLOFOTES**	Unid	02	Para emprego no uso das operações noturnas da Defesa Civil, em áreas com dificuldade de iluminação e acesso, pelos agentes de Defesa Civil no atendimento e resgate de vítimas, nas ações operacionais de combate a incêndio em vegetação. Uma unidade por viatura.
24	**MACA CESTO DE RESGATE**	Unid	02	Para transporte de vítimas nas operações de resgate. Uma unidade por viatura.

5 - PERIODICIDADE E PRAZO PARA ENTREGA

5.1. Os pagamentos serão efetuados a partir da entrega dos equipamentos, conforme aquisições no Pregão Eletrônico.

5.2. O pagamento será realizado em até 30 dias da entrega do objeto.

5.3. Prazo de recebimento provisório: imediato.

5.4. Prazo de recebimento definitivo: 10 (dez) dias.

5.5 - O prazo para substituir, caso seja constatada não conformidade, será de 5 dias após a notificação do Órgão Requisitante.

5.6 – O objeto deverá ser entregue na sede da Coordenadoria de Proteção e Defesa Civil, na Rodovia Amaral Peixoto, km 29, Itapeba, Maricá – RJ.

5.7 – O prazo de entrega é de até 10 (dez) dias úteis à partir da emissão da nota de empenho ou assinatura do contrato.

6 - GARANTIA E SUBCONTRATAÇÃO

6.1. Quanto aos Objetos:

1	**LÂMINA DE BORRACHA PARA ABAFADOR DE CHAMAS**
2	**ABAFADOR MANUAL PARA COMBATE A INCÊNDIO**
3	**MCLEOD**
4	**FACÃO COM BAINHA**
5	**PULASKI**

6	**ÓCULOS DE PROTEÇÃO**
7	**LUVAS RASPA DE COURO**
8	**CAPACETE**
9	**CONJUNTO PARA PICK-UP 700 LITROS PARA COMBATE A INCÊNDIO FLORESTAL COM CONJUNTO ENROLADOR COM MANGUEIRA DE 38 MM**
10	**FOICE ROÇADEIRA COM CABO DE MADEIRA**
11	**BOMBA DE SUCÇÃO**
12	**CANTIL PLÁSTICO**
13	**EQUIPAMENTO MÓVEL PARA COMBATE A INCÊNDIO COM REBOQUE**
14	**LANTERNA DE LED RECARREGÁVEL.**
15	**MOCHILA COSTAL FLEXÍVEL ANTI-INCÊNDIO**.
16	**MEGAFONE DE MÃO**
17	**KIT DE ACESSÓRIOS PARA BOMBA DE SUCÇÃO**:
18	**MANGUEIRA AUTOMOLHÁVEL DE INCÊNDIO FLORESTAL 1 POLEGADA**
19	**BINÓCULOS**
20	**APARELHO GPS**
21	**BARRACA SANFONADA ARTICULADA, TIPO PIRÂMIDE.**
22	**CAIXA TÉRMICA**
23	**TRIPÉ TIPO TORRE DE ILUMINAÇÃO COM HOLOFOTES**
24	**MACA CESTO DE RESGATE**

6.1.1. A garantia de fábrica dos objetos ofertados pela CONTRATADA será integral e cobrirá um período mínimo de noventa dias, a partir do recebimento definitivo.

6.2. Durante o período de garantia, a CONTRATADA, sempre que solicitada, independente de ser ou não o fabricante, indicará um representante, no Estado do RJ, de entrega dos respectivos objetos, a realizarem os serviços de assistência técnica.

6.3. SUBCONTRATAÇÃO: é expressamente vedada a subcontratação do fornecimento dos respectivos objetos, apenas permitindo-se a subcontratação para os serviços de transporte até o endereço de entrega indicados.

7 - VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO E ÍNDICE DE REAJUSTE

O valor estimado para o fornecimento de equipamentos supracitados é de R$ (_____). O valor previsto em orçamento considera a totalidade dos

custos e despesas do objeto do presente Termo de Referência e todas as despesas com mobilizações e desmobilizações de instalações provisórias, mão-de-obra, materiais, máquinas e equipamentos, encargos das leis trabalhistas e sociais, todos os custos diretos e indiretos, taxas, remunerações, despesas fiscais e quaisquer despesas extras e necessárias não especificadas neste Termo de Referência, mas julgadas essenciais ao cumprimento do seu objeto. Nenhuma reivindicação para pagamentos adicionais será considerada se decorrer de erro, interpretação ou avaliação pela CONTRATADA em relação ao presente instrumento.

Os preços contratuais serão reajustados no prazo de 12 (doze) meses, a contar da data base da proposta apresentada na licitação. O reajuste obedecerá à variação do IPCA/IBGE, ou outro índice oficial que venha a substituí-lo no caso de sua extinção.

8 - MODALIDADE DE LICITAÇÃO ADOTADA E CRITÉRIO DE JULGAMENTO

Considerando as disposições da Lei n.° 8.666/93 e suas alterações, o presente processo licitatório adotará a modalidade Pregão Presencial, tendo como critério de julgamento o menor Preço.

- **Modalidade: Pregão Presencial**
- **Critério de julgamento: menor preço por item**

8.1 – Que seja observado o art. 48 e 49 da Lei Complementar 123/06, no que se refere à dar prioridade no quesito de desempate, às microempresas e empresas de pequeno porte, no certame.

9 - ENQUADRAMENTO E LOCAL DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

A aquisição se enquadra na classificação comum, pois são facilmente oferecidos por diversas empresas do mercado, podendo ser especificados, tendo as suas características de desempenho estabelecidas de forma objetiva, correspondendo às exigências expressas nos termos da Lei n° 10.520, de 2002, do Decreto n° 3.555, de 2000 e do Decreto 5.450, de 2005.

10 - OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

a) Entregar os objetos para o uso imediato dos mesmos.

b) Manter, durante o período de vigência do Contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas.

c) Promover a execução do objeto dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, em observância às normas legais e regulamentares aplicáveis e às recomendações aceitas pela boa técnica, observadas, especialmente, as disposições deste Termo de Referência.

d) Prestar todos os esclarecimentos que lhe forem solicitados pela Contratante, atendendo prontamente a quaisquer reclamações.

e) Responder integralmente pelos danos causados, direta ou indiretamente, ao patrimônio da Contratante em decorrência de ação ou omissão de seus empregados ou prepostos, não se excluindo ou reduzindo essa responsabilidade em razão da fiscalização ou do acompanhamento realizado pela Prefeitura.

f) Providenciar que seus contratados portem crachá de identificação quando da entrega dos pneus à Contratante.

g) Arcar com os ônus resultantes de quaisquer ações, demandas, custos e despesas decorrentes de contravenção, seja por culpa sua ou de quaisquer de seus empregados ou prepostos, obrigando-se,

outrossim, a quaisquer responsabilidades decorrentes de ações judiciais ou extrajudiciais de terceiros, que lhe venham a ser exigidas por força da lei, ligadas à execução do objeto deste Termo de Referência.

h) Assumir a responsabilidade por todos os encargos previdenciários e obrigações sociais previstos na legislação social e trabalhista em vigor, obrigando-se a saldá-los na época própria, uma vez que os seus empregados não manterão nenhum vínculo empregatício com a Prefeitura.

i) Assumir a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho, quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados quando da execução do objeto ou em conexão com ele, ainda que acontecido em dependência da Prefeitura, inclusive por danos causados a terceiros.

j) Assumir todos os encargos de possível demanda trabalhista, cível ou penal, relacionados à execução do objeto, originariamente ou vinculada por prevenção, conexão ou contingência.

k) Assumir a responsabilidade pelos encargos fiscais e comerciais resultantes da adjudicação do objeto deste Termo de Referência.

l) A Contratada deverá prestar todos os esclarecimentos solicitados pelo Contratante relativos ao objeto contratado, providenciando toda e qualquer solicitação de reformulação dos objetos, com vistas ao atendimento das necessidades do Contratante.

m) A Contratada sujeitar-se-á ampla e irrestrita fiscalização por parte da Contratante.

11 - OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

a) Efetuar o pagamento nas condições e preços pactuados.

b) Fiscalizar a prestação dos serviços, objeto do Contrato, podendo sustar, recusar, mandar fazer, desfazer e/ou refazer qualquer serviço que não esteja de acordo com o especificado neste Termo de Referência;

c) Repassar previamente à Contratada todas as orientações a serem seguidas;

d) Notificar à Contratada ocorrências de eventuais imperfeições na entrega dos equipamentos;

e) Proporcionar todas as facilidades necessárias à boa execução deste contrato inclusive comunicando à Contratada, por escrito e tempestivamente, qualquer mudança de administração e endereço de cobrança, bem como, qualquer ocorrência relacionada com a execução do Contrato.

12 - DO FORO

Ficará eleito o Foro da Comarca de Maricá para dirimir quaisquer questões decorrentes CONTRATO, assim como do Edital de Convocação e do Contrato que o sucederão, renunciando as partes, a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Maricá, 16 de agosto de 2017.

LUIZ CARLOS DOS SANTOS
Secretário de
Proteção e Defesa Civil

ANEXO IV

A – MINUTA CONTRATUAL

MINUTA - CONTRATO PARA _____
PARA A _____ QUE ENTRE SI CELEBRAM
O MUNICÍPIO MARICÁ E _____

O **MUNICÍPIO DE MARICÀ**, pessoa jurídica de direito público interno, cuja Prefeitura tem sede na Rua _____, CNPJ nº _____, doravante denominado **MUNICÍPIO**, representado neste ato pelo Exmo. Sr. (IDENTIFICAR AUTORIDADE), e a sociedade empresária _____ situada na _____, e inscrita no CNPJ sob o nº _____, Inscrição Estadual _____, daqui por diante denominada **CONTRATADA**, representada neste ato por ____(IDENTIFICAR REPRESENTANTE)_____, resolvem celebrar o presente **CONTRATO PARA _____**, conforme processo administrativo _____, especialmente o disposto no Edital nº _____, modalidade _____, aplicando-se a este contrato as normas gerais da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, o Decreto 047/2013, demais legislações aplicáveis ao tema, bem como as cláusulas e condições seguintes:

ÍNDICE

CLÁUSULA	ASSUNTO
1ª	DO OBJETO
2ª	DO PRAZO
3ª	DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO
4ª	DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA
5ª	DA REMUNERAÇÃO CONTRATUAL
6ª	DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA
7ª	DA EXECUÇÃO
8ª	DO RECEBIMENTO E DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO
9ª	DA RESPONSABILIDADE
10ª	DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO
11ª	DA GARANTIA
12ª	DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO
13ª	DA EXCEÇÃO DE IMPEDIMENTO
14ª	DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS E DEMAIS PENALIDADES
15ª	DO RECURSO AO JUDICIÁRIO
16ª	DA CESSÃO OU TRANSFERÊNCIA
17ª	DA RESCISÃO
18ª	DA PUBLICAÇÃO E CONTROLE DO CONTRATO
19ª	DA CONTAGEM DOS PRAZOS
20ª	DO FORO DE ELEIÇÃO

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO: O presente contrato tem por objeto a Aquisição de ....., através de fornecimento integral, conforme itens especificados no seguinte quadro:

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE	PREÇO UNITÁRIO	PREÇO TOTAL
	PREÇO TOTAL				

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PRAZO: O prazo de vigência do presente contrato será de _____ , a contar da data de sua assinatura, obedecido o cronograma em anexo. Parágrafo Primeiro. Os Prazos de Entrega poderão ser prorrogados nos termos permissivos do art. 57, § 1º, da Lei n. º 8.666/93. Parágrafo Segundo. O fato que gere a antecipação da entrega com o conseqüente esgotamento de saldo provocará a extinção antecipada da presente avença.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO: Constituem obrigações do MUNICÍPIO**: a)** realizar os pagamentos devidos à CONTRATADA, nas condições estabelecidas neste contrato; b) fornecer à CONTRATADA documentos, informações e demais elementos que possuir, pertinentes à execução do presente contrato; c) exercer a fiscalização do contrato; d) receber o objeto do contrato nas formas definidas no parágrafo oitavo da cláusula oitava deste contrato. **CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA: Constituem obrigações da** CONTRATADA**: a)** fornecer o objeto contratual de forma imediata, em até ____ (____) dias, contados a partir da solicitação formal do MUNICÍPIO, conforme Termo de Referência/Projeto Básico e Edital, utilizando-se das normas aplicáveis, em face da legislação vigente e daquelas contidas neste Instrumento Contratual;b) prestar, sem quaisquer ônus para o MUNICÍPIO, em até ___ (____) dias, as correções, substituições, e revisões de falhas ou defeitos verificados no item fornecido, especialmente no caso de entrega de produto defeituoso ou inadequado; c) acatar as instruções emanadas da fiscalização; d) atender prontamente aos encargos decorrentes das Leis Trabalhistas e da Previdência Social, assim como encargos fiscais e trabalhistas nos termos do Art. 71 da Lei Federal nº 8.666/93; e)manter durante toda a execução do contrato às condições de habilitação e em compatibilidade com as obrigações por assumidas; f) Entregar os produtos considerando que não se tenha ultrapassado -----% do seu prazo de validade, conforme disposto no Termo de Referência/Projeto Básico e/ou no Edital; g) Atender todas as normas e legislações no que concerne à matéria; h) Atender a todas as obrigações decorrentes do presente instrumento contratual. **CLÁUSULA QUINTA – DA REMUNERAÇÃO CONTRATUAL:** Dá-se a este contrato o valor total de R$ ____ (____), sendo este valor passível de alteração pela ocorrência de eventos supervenientes que alterem o equilíbrio econômico-financeiro, nos moldes do art. 65 e §§ da Lei Federal nº 8.666/93. **CLÁUSULA SEXTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:** As despesas com a execução do presente contrato correrão à conta das dotações orçamentárias abaixo classificadas: **Fonte de Recurso: _____; Elemento de Despesa: _____; Programa de Trabalho:_____;**
Nota de Empenho:_____. **CLÁUSULA SÉTIMA – DA AQUISIÇÃO:** O Contrato deverá ser executado fielmente, de acordo com as cláusulas avençadas, nos termos da legislação vigente, respondendo o inadimplente pelas conseqüências de sua inexecução total ou parcial. **Parágrafo primeiro.** Cumpre à **CONTRATADA** providenciar o fornecimento do objeto contratual, na Secretaria Municipal de _____, situada na Rua _____, nos prazos estabelecidos pela CONTRATANTE, conforme previsões no Edital, no Projeto Básico e no Cronograma de Execução. **Parágrafo segundo.** A **CONTRATADA** empregará os bens e recursos humanos necessários para a boa execução do objeto do presente instrumento. **Parágrafo terceiro.** A execução do objeto contratual observará o descrito no edital de licitação e seus anexos, podendo ser acrescido, revisto e alterado mediante justificada necessidade e aprovação, considerados o estudo de viabilidade econômica, a dotação orçamentária, condições operacionais, assegurados o equilíbrio econômico-financeiro e os limites legais aplicáveis. **Parágrafo quarto.** As inclusões ou exclusões de material ou alteração de preços de materiais que porventura vierem a ocorrer no curso da execução do presente instrumento, necessariamente deverão ser objeto de termos aditivos a serem datados e numerados seqüencialmente e subscritos pelos representantes das Partes. **CLÁUSULA OITAVA - DA FISCALIZAÇÃO E DO RECEBIMENTO DO OBJETO CONTRATUAL:** A execução do fornecimento será acompanhada e fiscalizada por comissão constituída de 3 (três) membros designados pelo **MUNICÍPIO**, à qual compete: a) fazer cumprir a especificação do objeto e demais condições constantes deste contrato; b) notificar a **CONTRATADA** acerca da prática de infrações que ensejem a aplicação das penas previstas na cláusula décima quarta; c) suspender a execução e, conforme o caso, determinar a devolução do fornecimento considerado inadequado; d) sustar o pagamento das faturas no caso de inobservância pela **CONTRATADA** de qualquer obrigação prevista neste contrato; e) exigir a substituição de qualquer empregado da **CONTRATADA**, cuja atuação, permanência ou comportamento seja julgado prejudicial, inconveniente ou insatisfatório à disciplina ou ao interesse público, sem que essa decisão acarrete qualquer ônus ao **MUNICÍPIO**. **Parágrafo primeiro.** Cabe recurso das determinações tomadas pela Comissão prevista no *caput* desta cláusula, a qualquer tempo durante a vigência

deste contrato, exceto no caso da aplicação de penas, para as quais se observará o prazo previsto na cláusula décima quarta. **Parágrafo segundo.** A **CONTRATADA** facilitará, por todos os meios ao seu alcance, a ampla fiscalização do **MUNICÍPIO**, promovendo o fácil acesso às dependências da **CONTRATADA**, podendo lhe ser exigido o fornecimento de veículo necessário à diligência da fiscalização. **Parágrafo terceiro.** A **CONTRATADA** atenderá prontamente às observações e exigências que lhes forem apresentadas pela fiscalização. Parágrafo quarto**.** A **CONTRATADA** declara, antecipadamente, aceitar todas as condições, métodos e processos de inspeção, verificação e controle adotados pela fiscalização, obrigando-se a lhes fornecer todos os dados, elementos, explicações, esclarecimentos e comunicações de que este necessitar e que forem julgados necessários ao desempenho de suas atividades. **Parágrafo quinto.** A instituição e a atuação da fiscalização do **MUNICÍPIO** não excluem ou atenuam a responsabilidade da **CONTRATADA** nem a exime de manter fiscalização própria. **Parágrafo sexto.** Os membros da comissão prevista no *caput* desta cláusula, sob pena de responsabilização administrativa, anotarão em registro próprio as ocorrências relativas à execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados. No que exceder à sua competência, comunicará o fato à autoridade superior, em 10 (dez) dias, para providências. **Parágrafo sétimo.** Quaisquer entendimentos entre a fiscalização e a **CONTRATADA**, desde que não infrinjam nenhuma cláusula contratual, serão feitos por escrito, não sendo tomadas em consideração quaisquer alegações da **CONTRATADA** com fundamento em ordens ou declarações verbais. **Parágrafo oitavo.** O objeto do contrato será recebido pelo fornecimento realizado, observada a seguinte forma: a) provisoriamente, com a entrega dos bens, confirmando-se de imediato, a adequação às especificações técnicas e à quantidade exigida, no prazo de ___ (____) dias; b) definitivamente, após parecer circunstanciado da comissão a que se refere o *caput* desta cláusula, após decorrido o prazo máximo de ___ (____) dias, contados a partir do recebimento provisório, desde que comprovado o exato cumprimento das obrigações contratuais. **Parágrafo nono.** Caso seja verificado defeito ou desconformidade do objeto contratual, o fato será comunicado à **CONTRATADA,** que deverá promover o reparo no prazo fixado no comunicado, mesmo durante o último período de recebimento definitivo, sem prejuízo das sanções aplicáveis.

CLÁUSULA NONA - DA RESPONSABILIDADE: A CONTRATADA é responsável por danos causados ao MUNICÍPIO ou a terceiros, não excluída ou reduzida essa responsabilidade pela presença de fiscalização ou pelo acompanhamento da execução por órgão da Administração. **CLÁUSULA DÉCIMA – DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:** O MUNICÍPIO fará o pagamento dos produtos fornecidos por meio de depósito em conta bancária, a ser indicada pela CONTRATADA e aceita pelo Município, depois de atestada a entrega pelos representantes do Município. Parágrafo primeiro. O valor devido será confirmado pelo registro dos bens entregues no período, que deverá se realizar por meio de servidores indicados pelo MUNICÍPIO em até dez dias após o prazo previsto para conclusão da etapa, considerando-se os preços unitários. Parágrafo segundo. Para fins de pagamento prevalecerá o valor correspondente aos produtos efetivamente entregues se for inferior ao previsto no cronograma de desembolso para a respectiva etapa. Parágrafo terceiro. Caso o valor dos bens efetivamente entregues seja superior ao previsto no cronograma físico-financeiro, será devido o valor indicado no cronograma, ficando a diferença para ser paga no momento previsto no cronograma, facultado ao MUNICÍPIO, conforme sua possibilidade e conveniência, realizar de imediato o pagamento integral correspondente à efetiva execução medida no período. Parágrafo quarto. Não serão considerados quaisquer bens entregues que não estejam discriminados na planilha de quantitativos e custos unitários. Parágrafo quinto. O prazo para pagamento é de 30 (trinta) dias, contados da data final do período de adimplemento de cada parcela, na forma do art. 40, inciso XIV, "a" da Lei Federal 8.666, de 1993. Parágrafo sexto. Caso se faça necessária à reapresentação de qualquer fatura por culpa da CONTRATADA, o prazo de 30 (trinta) dias ficará suspenso e reiniciar-se-á a contar da data da respectiva reapresentação. Parágrafo sétimo. Os pagamentos eventualmente realizados com atraso, desde que não decorram de fato atribuível à CONTRATADA, sofrerão a incidência de juros moratórios de 0,033% (trinta e três centésimos por cento) ao mês, calculado *pro rata die*, e aqueles pagos em prazo inferior ao estabelecido na legislação serão feito mediante desconto de 0,033% ao mês, *pro rata die*. **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA GARANTIA:** MUNICÍPIO, a qualquer tempo, poderá exigir a prestação de garantia, em uma das modalidades previstas no art. 56 da Lei Federal nº 8.666/93, no patamar de até 5% (cinco por cento) do valor total do contrato, a ser restituída após sua execução satisfatória. **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO:** O presente contrato poderá ser alterado, com as devidas justificativas, desde que por força de circunstância superveniente, nas hipóteses previstas no artigo 65 e §§ da Lei nº

8.666/93, mediante Aditamento Contratual. **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA EXCEÇÃO DE INADIMPLEMENTO:** Constitui cláusula de observância obrigatória por parte da CONTRATADA, a impossibilidade de opor perante o Município a exceção de inadimplemento como fundamento para a interrupção unilateral do fornecimento. Parágrafo único - A suspensão do contrato, a que se refere o art. 78, XIV e XV da Lei Federal nº 8.666/93, se não for objeto de prévia autorização da Administração, deverá ser requerida judicialmente, mediante demonstração dos riscos decorrentes da continuidade da execução do contrato, sendo vedada a sua suspensão por decisão unilateral da CONTRATADA. **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS E DEMAIS PENALIDADES:** A inexecução do fornecimento, total ou parcial, a execução imperfeita, a mora na execução ou qualquer inadimplemento ou infração contratual, sujeita a CONTRATADA, sem prejuízo da responsabilidade civil ou criminal que couber, assegurado o contraditório e a prévia e ampla defesa, as seguintes penalidades: a) advertência; b) multa de 1% (um por cento) sobre o valor da total do CONTRATO, por dia de atraso na conclusão de qualquer dos prazos estabelecidos; c) multa de até 5% (cinco por cento) sobre o valor do Contrato, aplicada de acordo com a gravidade da infração. Nas reincidências específicas, a multa corresponderá ao dobro do valor da que tiver sido inicialmente imposta, observando-se sempre o limite de 20% (vinte por cento); d) multa de até 20% (vinte por cento) do valor total do contrato em caso de rescisão contratual por culpa da CONTRATADA; e) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 02 (dois) anos; f) declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, prevista na alínea anterior, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada, observado, quando for o caso, o disposto no art. 7.º da Lei Federal n.º10.520/02. Parágrafo primeiro - A imposição das penalidades é de competência exclusiva do MUNICÍPIO, assegurados a ampla defesa e o contraditório. Parágrafo segundo - A sanção prevista nas alíneas b, c e d do caput desta Cláusula poderão ser aplicadas cumulativamente a qualquer outra. Parágrafo terceiro - A aplicação de sanção não exclui a possibilidade de rescisão administrativa do Contrato, garantido o contraditório e a defesa prévia. Parágrafo quarto - A aplicação das sanções previstas nesta cláusula competem ao Sr. Prefeito. Parágrafo quinto - O prazo da suspensão ou da declaração de inidoneidade será fixado de acordo com a natureza e a gravidade da falta cometida, observado o princípio da proporcionalidade.–Parágrafo sexto - Os valores das multas serão deduzidos da garantia prestada, caso esta tenha se verificado. Caso esta não tenha se verificado ou sendo insuficiente, será promovido desconto correspondente sobre o primeiro documento de cobrança apresentado pela CONTRATADA após a aplicação da sanção, permanecendo o desconto sobre os pagamentos sucessivos até completa quitação. **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DO RECURSO AO JUDICIÁRIO:** As importâncias decorrentes de quaisquer penalidades impostas à CONTRATADA, inclusive as perdas e danos ou prejuízos que a execução do contrato tenha acarretado, quando não comportarem cobrança amigável, serão cobrados judicialmente, caso sejam superiores à garantia prestada ou aos créditos que a CONTRATADA tenha em face do MUNICÍPIO. Parágrafo único - Caso o MUNICÍPIO tenha de recorrer ou comparecer a juízo para haver o que lhe for devido, a CONTRATADA ficará sujeita ao pagamento, além do principal do débito, da pena convencional de 10% (dez por cento) sobre o valor do litígio, dos juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, despesas de processo e honorários de advogado, estes fixados, desde logo em 20% (vinte por cento) sobre o valor em litígio. **CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA CESSÃO OU TRANSFERÊNCIA:** O presente contrato não poderá ser objeto de cessão ou transferência no todo ou em parte, a não ser com prévio e expresso consentimento do MUNICÍPIO e sempre mediante instrumento próprio, devidamente motivado, a ser publicado. Parágrafo único - O cessionário ficará sub-rogado em todos os direitos e obrigações do cedente e deverá atender a todos os requisitos de habilitação estabelecidos no instrumento convocatório e legislação específica. **CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DA RESCISÃO:** O presente contrato poderá ser rescindido por: a) Ato unilateral do MUNICÍPIO, nos termos do art. 79, inciso I, da Lei n.º 8.666/93; b) Por acordo entre as partes, nos termos do art. 79, inciso II, da Lei n.º 8.666/93; c) Por decisão judicial, nos termos da legislação aplicável. Parágrafo primeiro – Constituem motivos para rescisão do contrato os termos estabelecidos nos artigos 77 a 80 da Lei n.º 8.666/93. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo administrativo, assegurado a CONTRATADA o direito ao contraditório e à prévia e ampla defesa. Parágrafo segundo - A declaração de rescisão deste contrato, independentemente da prévia notificação judicial ou extrajudicial, operará seus efeitos a partir da publicação no órgão oficial de divulgação do

Município de Maricá. **CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DA PUBLICAÇÃO E CONTROLE DO CONTRATO:** Após a assinatura do contrato deverá seu extrato ser publicado, dentro do prazo previsto na legislação pertinente, no veículo de publicação oficial do Município, correndo os encargos por conta do MUNICÍPIO. Parágrafo primeiro – O extrato da publicação deve conter a identificação do instrumento, partes, objeto, prazo, valor, número do empenho e fundamento do ato. Parágrafo segundo - O MUNICÍPIO encaminhará cópia deste contrato ao Tribunal de Contas do Estado, para conhecimento, após assinatura das partes. **CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DA CONTAGEM DOS PRAZOS:** Na contagem dos prazos estabelecidos neste Contrato, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. **CLÁUSULA VIGÉSIMA - DO FORO DE ELEIÇÃO:** Fica eleito o Foro da Cidade de Maricá, para dirimir qualquer litígio decorrente do presente contrato que não possa ser resolvido por meio amigável, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.E, por estarem assim acordes em todas as condições e cláusulas estabelecidas neste contrato, firmam as partes o presente instrumento em 03 (três) vias de igual forma e teor, depois de lido e achado conforme, em presença de testemunhas abaixo firmadas.

Maricá, _____

Pela CONTRATANTE: Pela CONTRATADA:

TESTEMUNHAS

1 – 2 -